MARIA MADALENA VIEIRA PINTO
Da Divisão de Geografia do C. N. G.

CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DA PESCA NA REGIÃO DO RIO ARARI (ILHA DE MARAJÓ)

SEPARATA DA REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA N.º 3 — ANO XVIII — JULHO/SETEMBRO DE 1956

RIO DE JANEIRO
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA
1957

MARIA MADALENA VIEIRA PINTO

Da Divisão de Geografia do C. N. G.

CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DA PESCA NA REGIÃO DO RIO ARARI (ILHA DE MARAJÓ)

SEPARATA DA REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA N.º 3 — ANO XVIII — JULHO/SETEMBRO DE 1956

BIBLIOTECA PARTICULAR DE MÁRIO YPIRANGA MONTEIRO

RIO DE JANEIRO

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA

1957

Ref. postal n.º 1034 (Pasta 4/ Volume 3º)

AMM 0296

CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DA PESCA NA REGIÃO DO RIO ARARI (Ilha de Marajó) *

MARIA MAGDALENA VIEIRA PINTO
da Divisão de Geografia do C.N.G.

I – INTRODUÇÃO

Durante a excursão que fizemos ao estado do Pará, tivemos oportunidade de estudar alguns aspectos da pesca na ilha de Marajó, particularmente na região do rio e lago Arari.

Nesta região como em todo o estado, a pesca é elemento de importância para a riqueza regional. Contudo, não é muito animadora a sua contribuição no quadro geral da economia paraense, uma vez que a atividade pesqueira se ressente de grandes defeitos e lacunas.

Bem pouco tem progredido a pesca, e apesar da abundância de águas interiores e da extensão considerável de seu litoral, o estado do Pará ainda não atingiu um estágio satisfatório de desenvolvimento neste particular.

Podemos dizer mesmo, que a atividade da pesca continua primitiva, não como no tempo da conquista da Amazônia, quando então a pesca era explorada sòmente para a alimentação do colonizador, mas quanto aos métodos e processos utilizados, os quais são bastante precários. É verdade que hoje o seu produto não satisfaz apenas ao consumo local, pois contribui para o desenvolvimento de um pequeno comércio, porém, industrialização, pràticate, não há.

O comércio da pesca merece uma atenção especial, pelos inúmeros problemas que apresenta e que devem ser solvidos prontamente.

Na parte referente à industrialização, focalizaremos a precariedade dos meios existentes os quais têm contribuído para impedir o desenvolvimento dêste tipo de economia.

Pretendemos neste estudo analisar a situação atual da atividade pesqueira na ilha de Marajó, de modo a que outros estudiosos do assunto possam alargar êste vasto campo de estudos, corrigindo e acrescentando novos dados [1].

II – PESCA FLÚVIO-LACUSTRE: MARAJÓ

A ilha de Marajó está situada na embocadura do rio Amazonas entre o canal do Norte e o rio Pará, separada do continente pelos furos de Breves.

---

* O presente trabalho é o resultado da viagem de estudos, realizada pela autora, em fevereiro de 1953, em companhia dos professôres LÚCIO DE CASTRO SOARES e MARÍLIA GOSLING VELLOSO, aos quais agradecemos a cooperação e informações prestadas. Nossos agradecimentos são também extensivos aos Profs. ANTÔNIO TEIXEIRA GUERRA e ROBERTO GALVÃO, pelas valiosas sugestões e igualmente aos colegas J. CÉSAR DE MAGALHÃES, PERCY LAU, BARBOSA LEITE e MARIA RITA GUIMARÃES.

[1] Deixamos aqui nosso sincero agradecimento à inestimável colaboração dos Srs. FRANCISCO CRONJE DA SILVEIRA, inspetor regional de estatística no estado do Pará e JÚLIO TAVARES FEIO, agente estatístico do município de Arariúna, que nos forneceram os dados estatísticos e preciosas informações.

As condições geográficas [2] que caracterizam a ilha de Marajó (Fig. 1) permitiram que aí se desenvolvesse uma atividade econômica importante — a pesca, que aparece como segunda principal fonte de renda regional[3].

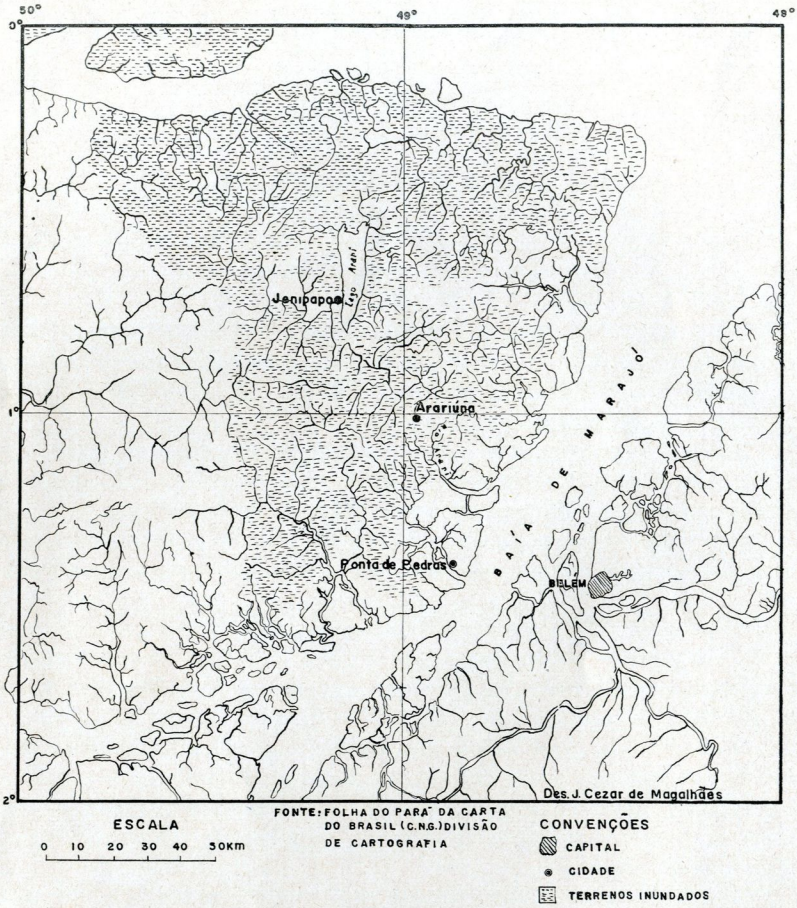


Fig. 1

Mas não é só do ponto de vista da renda que fornece ao estado que a atividade da pesca se tornou importante em Marajó. E' sobretudo por fornecer ao homem o seu principal alimento.

Realmente, desde os primórdios da conquista amazônica que o colonizador aproveitou na sua alimentação, como antes fizera o indígena, as várias espé-

---

[2] PAUL LE COINTE em seu livro *O Estado do Pará*, estudando a fauna ictiológica paraense, afirma que esta é "mais notável pela extrema variedade de espécies que pela abundância mesma de peixe". E explica dizendo: "Esta grande diversidade de formas explica-se perfeitamente pela própria variação das condições de vida aquática. Nos imensos rios, lagos, igapós e pântanos, de águas pretas, brancas, amarelas ou vermelhas, cujo álveo é cavado em terrenos de formações diferentes estendendo-se sob vários climas e nos quais a vegetação das margens não põe à disposição de seus hóspedes os mesmos recursos alimentares" (p. 144).

[3] A grande riqueza de Marajó e que se sobrepõe à pesca na economia regional, é a pecuária.

cies ictiológicas de seus inúmeros rios e lagos. E êsse aproveitamento tornou-se mais favorecido pelo fato de as outras fontes de nutrição — oriundas da agricultura e da pecuária — se encontrarem pouco desenvolvidas [4].

Daí o fato de a pesca ser praticada em tôda a extensão da ilha, uma vez que tôda ela é cortada de rios, lagos e canais, cujas águas extremamente piscosas, fornecem aos habitantes o seu alimento básico [5].

Como assinala o Prof. DELGADO DE CARVALHO, ao tratar da pesca fluvial e o srecursos econômicos da Amazônia: "o amazonense é essencialmente ictiófago e encontra nas quinhentas e tantas espécies de peixes de seus rios, alimentos mais variados que abundantes" [6]. O ilustre autor refere-se ao homem da Amazônia de modo geral, mas podemos particularizar esta consideração para a ilha de Marajó.

Mas apesar de a festa ser por fôrça da necessidade, alimento principal do homem marajoara, não é contudo praticada por igual, isto é, na mesma intensidade, em tôda a ilha. Há lugares em que ela alcança grande desenvolvimento; a importância do *habitat* pesqueiro atrai maior número de pescadores, e a produção é feita em grande escala favorecendo a criação de pequenas vilas de pescadores que se tornam então centros de produção.

Um exemplo desta afirmativa é o lago Arari, o que tem maior superfície na ilha de Marajó.

Em outros lugares menos propícios, porém, a pesca não favorece o comércio e o seu produto é exclusivamente para o consumo da população local. É nestas zonas portanto, que a pesca aparece com aquela finalidade única de alimentação. E' o caso dos pequenos pescadores, que não pertencem à colônia de pesca, e não procuram vender sua produção, sendo geralmente trabalhadores das fazendas de criação ou dos seringais.

Uma vez estabelecidas áreas de produção e comércio, e, áreas onde a pesca constitui preocupação única alimentar, podemos dividir o estudo da pesca em Marajó em: "grande" e "pequena pesca".

Trataremos mais particularmente da "grande pesca", a que faz do seu produto objeto de comércio ou de escambo, concorrendo assim para a economia regional. Vamos desenvolver nosso estudo da seguinte forma:

a) Época da pesca sistemática na ilha de Marajó
b) Processos e material de pesca
c) Comércio: salga e exportação
d) Industrialização: grude de gurijuba
e) As colônias de pesca e o gênero de vida dos pescadores

---

[4] A agricultura do ilhéu é bm pequena. Entretanto a pecuária sendo econômicamente desenvolvida, não chega a ser a base da alimentação do habitante da ilha, mesmo nas fazendas de criação. MARIA MAGDALENA VIEIRA PINTO, "Contribuição ao estudo da pecuária na região do rio Arari" (inédito).

[5] JOSÉ VERÍSSIMO em *A Pesca na Amazônia*, depois de afirmar que "o meio afeiçoa o homem", justifica o fato de o habitante amazônico ser principalmente pescador, pois a "prodigiosa rêde de canais, rios, furos, igarapés, etc., que lhes oferece o meio mais fácil, mais conveniente, mais propício às suas necessidades" proporcionou que "êste meio aquático e piscoso os tornasse comedores de peixe e pescadores". E como tal "o encontrareis sempre, com tempo necessário a ir a qualquer água ali perto, "pegar peixe" ou "mariscar" consoante o seu dizer. Êste peixe será o seu alimento principal; é o peixe o mantimento com que mais conta" (p.11).

[6] DELGADO DE CARVALHO — *Geografia do Brasil* — Livraria Francisco Alves — 1927 — p. 262.

a) *Época da pesca sistemática na ilha de Marajó* — nos meses de verão, ou melhor na vazante, principalmente no apogeu da vazante, é que se realizam as pescas [7]. É ainda de José Veríssimo que tomamos a seguinte explicação: "os peixes maiores preferem as águas calmas dos lagos e igarapés centrais às ondas e correntes do Amazonas e dos seus grandes afluentes. No comêço de vazante (quando começam a baixar as águas), acodem aos lagos que lhes oferecem abrigo e abundante repasto, fertilizados e providos que foram pela enchente; no comêço desta, quando as águas crescem nos lagos e rios centrais, descem êles à procura de outros pousos ou remontam às correntes, favorecidos pela cheia, à procura das cabeceiras, daqueles mesmos lagos, igarapés ou rios onde durante a vazante se conservaram" [8].

De modo geral a pesca vai de 15 de agôsto a 15 de dezembro, segundo o Código de Pesca do Ministério da Agricultura. Mas "a água não vem" como dizem os pescadores, e então começa realmente em setembro-outubro, indo até dezembro, e como não há mais contrôle do Serviço de Caça e Pesca o pescador continua a pesca até março quando ainda é conseguida boa quantidade.

Mesmo vigorando o Código de Pesca todos os anos, os pescadores conseguem prorrogação do prazo oficial até 15 de janeiro e não satisfeitos com isto estendem suas atividades até o mês de março. Esta prorrogação de 3 meses num período em que não há chuva, facilita a pesca mas prejudica a procriação da espécie, pois os peixes são apanhados na época da desova.

O pescador não compreende o problema que está criando com tais prorrogações e as colônias de pesca deveriam ser mais vigilantes neste ponto, não facilitando tal medida.

No lago Arari, local de grandes viveiros, a pesca é iniciada solenemente no dia 2 de agôsto e prolonga-se até fins de dezembro, quando então o lago é "fechado" e o exercício da profissão, proibido, numa sábia medida protetora da fauna ictiológica [9].

O rio Arari é o maior coletor dos peixes que por ocasião das enchentes emigram do lago Arari e outros lagos vizinhos.

b) *Processos e material de pesca* — os processos e as técnicas utilizadas pelos pescadores da ilha de Marajó são ainda, de certa forma, aquêles recebidos de seus antepassados, os portuguêses e os índios. Mas, embora, utilizando os métodos primitivos são muitos os meios de captura do pescado, empregados por esta população essencialmente pesqueira.

---

[7] "Nessa região, é o regime das águas que determina e discrimina as estações, se é lícito apelidar assim os dois períodos em que ali se divide o ano. Chamam-se elas vazantes e enchentes e seu início e fim varia naturalmente consoante o afastamento em longitude das fontes do Amazonas e dos grandes afluentes de seu curso médio e superior. Começando geralmente em novembro a enchente dura até julho e mesmo até agôsto, quando entra a vazar. Em regra geral, junho e julho são os meses da máxima enchente, setembro e outubro da máxima vazante. "Repiquetes" como ali chamam as falsas vazantes ou enchentes, determinadas por causas ocasionais concorrem com outras variações meteorológicas, para maior ou menor variabilidade dessas duas estações, nas diferentes longitudes e latitudes" José Veríssimo, Op. cit., p. 18.

[8] Idem — p. 19.

[9] Com a navegação no lago Arari, a procriação das espécies tem sido prejudicada. Uma prova disto é o seguinte fato: em 1930 tendo secado o lago, e por conseguinte, não sendo possível a navegação, os peixes se reproduziram em maior quantidade, e no ano seguinte, depois de grande enchente, a quantidade de peixe que desceu foi maior.

Não há grande variedade de material de pesca e os usados são bastante conhecidos, considerando os processos gerais de pesca no Brasil. As embarcações é que variam no tamanho e isto está ligado à maior ou menor posse do pescador.

Um dos processos mais empregados na ilha de Marajó é a "pesca de tarrafa". A tarrafa aí usada é a mesma utilizada pelos demais pescadores do Brasil. Geralmente a tarrafa é mais empregada para apanhar o peixe no meio dos cardumes ou nas poças e baixios onde certas espécies se reúnem, ou nas beiradas onde outras se encostam.

A tarrafa, como tôdas as rêdes empregadas na pesca, é fabricada pelo próprio pescador "ou de fios importados ou de fios indígenas, de algodão, de curauá, tucum ou castanheiro por êles mesmos fiados, conforme as possibilidades locais e os empregos que queiram dar a êstes instrumentos de pesca" [10].

Na pesca de tarrafa o pescador trabalha sòzinho, e êle é o próprio remador. Algumas vêzes êle se faz acompanhar de um filho cuja função é remar a "jacumã" enquanto o pai lança a tarrafa [11]. A tarrafa é arremessada de lanço, enquanto o pescador, de pé, sustenta entre os dentes a linha geral da rêde. Uma vez utilizada a rêde, o pescador ainda de pé e com grande habilidade, rema a sua jacumã para outro local onde repetirá a mesma tarefa (fig. 2).

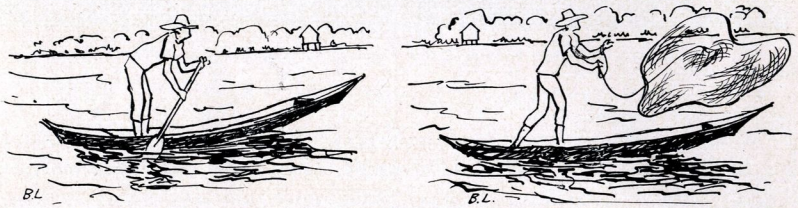


Fig. 2 — *Pesca de tarrafa no rio Arari. A "jacumã" é dirigida pelo pescador que ao mesmo tempo rema e lança a tarrafa.*

(Desenho de BARBOSA LEITE)

As espécies mais pescadas com a tarrafa são: o aracu (*laporinus fasciatus*), traíra (*madrodon trahira*), pescada (*sciaena amazonum*), tucunaré (*ciches ocellaris*), jegu (*crythrynus unitoenistus*) e tamanatá (*catapharactus callichthys*) que é também o peixe mais abundante do rio Arari.

A tarrafa é utilizada durante todo o ano, mas especialmente no verão. No "inverno" [12], com as enchentes, o peixe se espalha pelos campos encobertos, tornando difícil o uso de tarrafa, ou de outra qualquer rêde, pela abundância de "canarana" [13]. No "verão" porém, os peixes se conservam nos lagos

---

[10] JOSÉ VERÍSSIMO, op. cit., p. 192.

[11] A "jacumã" é um pequeno "casco" com dois assentos. O peixe colhido é depositado no chão da canoa. Uma "jacumã" comporta até 200 quilos de peixe. Também costuma-se dar o nome da "jacumã" nesta região, ao remo de mão, e ainda, de modo genérico ao homem que possui uma jacumã (remo ou canoa).

[12] Na região amazônica a época das cheias é o "inverno", e o "verão" é a sêca.

[13] "Canarana" — gramínea que ocorre nos terrenos alagados de beira de rio, onde se apresenta em grandes formações. Se para a pecuária da ilha ela constitui valioso recurso forrageiro no período das enchentes, para o pescador, ela constitui sério empecilho na pesca de tarrafa.

ou nos rios onde a pesca se torna propícia à tarrafa (fig. 3). E a "grande pesca" é efetuada, como já vimos, nos meses de "verão", contudo não se deixa de pescar no "inverno". E nesta época os pescadores usam o caniço e o arpão.

Fig. 3 — *Pescador jogando a tarrafa nos alagados vizinhos da vila de Jenipapo, margem do lago Arari.*

(Foto C.N.G. — J. P. DE LA ROCQUE)

Outro processo de pesca também largamente difundido na ilha de Marajó é a "rêde de arrastão" que, como a tarrafa, nada difere das usadas no resto do país.

A rêde de arrastão é empregada em lugares onde o rio não se apresenta com canaranas ou outra vegetação onde a rêde fàcilmente se rasgaria. O arrastão compõe-se de um grande saco ou bôlsa de centro chamado "colhedor" [14]. O arrastão é colocado na saída de um rio ou lago e o peixe penetrando no seio da rêde, fàcilmente fica prêso.

As malhas da rêde de arrastão são maiores e por isso esta não serve para peixes pequenos. A rêde de arrastão é usada mais freqüentemente nos meses de julho e agôsto, e a tainha (*mugil incilis*) é a espécie mais comum na pesca do arrastão.

A pesca feita com a rêde de arrastão necessita de maior número de pescadores, pois, além de ser uma rêde mais extensa e a quantidade de pescado ser maior, são necessários dois homens para funções especiais, enquanto dois outros, pelo menos, seguram os "calões" e recolhem o "tirante". Tais funções são as do "chumbeiro" e a do "batedor".

O "chumbeiro" tem a missão de colhêr a parte inferior da rêde, depois que esta é fechada, em forma de círculo, fazendo pressão com as mãos ou com os

---

[14] O "colhedor" é a parte que abrange a largura da rêde de um extremo a outro feita no próprio fio de rêde. O arrastão tem de largura 2 a 4 metros e de 3 a 300 metros de comprimento.

pés no leito do lago ou do rio para evitar que o peixe se possa evadir por baixo da mesma. Tal denominação provém certamente do chumbo que é prêso na parte inferior da rêde e que serve para fazer pressão, mantendo-a no fundo.

A "bateção" feita pelo outro pescador (batedor) é realizada dentro da própria canoa, por meio de varas de bambu, madeira ou ferro. Pode ser feita também dentro d'água, com as mãos. A finalidade da "bateção" é "chamar" os peixes para junto da rêde. Êste processo de "chamar" o peixe é conhecido também por "muponga" [15]. (Fig. 4).

Fig. 4 — *Pesca de "arrastão" no lago Arari.*
(Desenho de PERCY LAU)

Além dêstes processos gerais de rêdes, das quais vimos as principais, há também os processos das "armadilhas", sendo as mais notáveis pela sua alta produção o "cacuri" e os "cercados".

O "cacuri" só é armado onde há influência de maré, isto é, no litoral ou às margens dos rios. E' armado na maré baixa, e na vazante faz-se o recolhimento dos peixes. Como na ilha de Marajó a ação da maré é bem pronunciada, além de ser considerável a sua amplitude, o cacuri encontrou assim, nesta região, perfeita adaptação.

O cacuri é uma tapagem especial em cercado, com dois ou três panos de pari [16], estendida de lado a lado, que retém o peixe durante a maré, da en-

---

[15] JOSÉ VERÍSSIMO assim descreve a bateção: "Dispostos em canoas ou metidos n'água, quando esta o consente, o pescador vai batendo-a com paus ou com as mãos com grande alarido, espantando ou tocando o peixe para a armadilha que dispuserem. A isto chamam fazer "mupunga" ou "muponga". Êste têrmo, em tupi, significa barulho junto (*mu* — juntar e *ponga* — barulho). Êste processo de fazer mupunga é praticado principalmente pelos marajoaras, não só com as rêdes, mas para encher mais depressa o cacuri ou para, encurralado o peixe entre o pari e o grupo de batedores, fazerem uma colheita fácil e copiosa". Op. cit., p. 118.

[16] "O pari é um pano de talas chatas, de um ou dois dedos de largura, tiradas e afeiçoadas no tronco da palmeira marajá (*bactris marajá*) principalmente. Essas talas ou tabuinhas são ligadas por fios de alguma fibra vegetal, tucum (*astrocarium*), curauá (*mauritia curauá*), cipós ou embiras, entrelaçando-se ora sôbre as talas de modo a mantê-las juntas, como as hastes de uma esteira de tabua ou de delgadas varinhas. A madeira empregada na construção do pari e a sua maior ou menor solidez depende naturalmente do uso que lhe pretendem dar, conforme a altura da cêrca e a resistência que deve oferecer, assim ligam-lhe as varas por duas ou três carreiras de fios". JOSÉ VERÍSSIMO, Op. cit., p. 112.

chente até a vazante. A entrada do peixe pela abertura voltada à corrente é chamada de "língua do cacuri" (fig. 5). Para José Veríssimo o cacuri é um depósito fácil, cômodo e farto, onde o pescador apanha o peixe com mais facilidade e com maior confôrto [17].

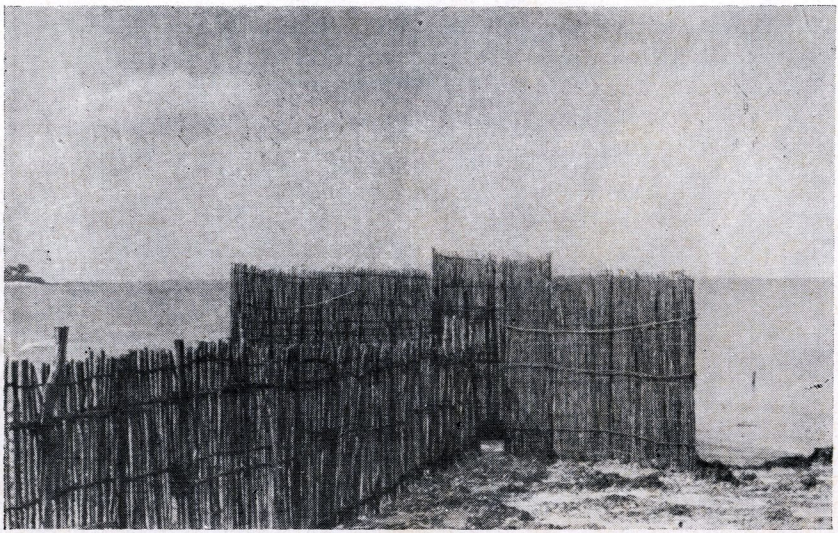


Fig. 5 — *Cacuri, cercado feito de varas, própria a apanhar peixe nas praias de areias ou orlas de tijuco. Erguem-se no litoral ou à margem dos rios, onde haja influência de maré; sendo na maré baixa feita a recolhida do pescado.*

(Foto C.N.G. — J. P. de La Rocque)

Realmente por alcançar maior produção e dada a facilidade de sua instalação e a rapidez com que se apanha o peixe que ali está prêso, o cacuri é largamente usado em tôda a ilha oferecendo aos pescadores que o empregam abundante viveiro. Várias são as espécies que se obtêm com o cacuri, mas dentre tôdas salientam-se as tainhas (*mugil incilis*). O cacuri é mais empregado nos meses de setembro e outubro.

Quanto aos "cercados" pouca diferença faz dos cacuris. É igualmente construído com o "pari" sob a forma de compridas cêrcas, estendidas paralelamente às margens, durante a maré baixa. E é também depois da maré alta que se recolhem os peixes.

Uma outra modalidade das armadilhas é a "camboa" de origem portuguêsa. A diferença entre a "camboa" e o "cercado" é que na primeira se empregam pedras em sua construção e no segundo, como vimos, é o "pari" o elemento principal.

Entretanto a "camboa" não deixa de levar alguns panos de "pari", e isto se dá quando as pedras não bastam para fechar o muro da tapagem. A "camboa" é levantada geralmente de uma bacia pedregosa, daí o emprêgo de pedras em sua construção.

---

[17] Cf. p. 114.

Outra diferença entre estas duas armadilhas é o fato de ser a "camboa" permanente e o "cercado" não, sendo inclusive mudado muitas vêzes de um lado para outro conforme as possibilidades de maior produção.

Para retirarem os peixes que caíram nestas armadilhas, já descritas, o pescador utiliza "paneiros de puçás" [18], rêdes de tarrafas, rêdes de cacuri [19], ou simplesmente retira o peixe com a mão, quando a armadilha fica em sêco.

Êstes são os processos de pesca mais usados na região do Arari. Contudo não são os únicos.

Podemos lembrar ainda que o processo de "intoxicação" ou "narcotização dos peixes", em que se aplicam substâncias vegetais tóxicas como o timbó (*Paullinia pinnata*), herança dos antepassados indígenas, está hoje, felizmente, abandonado. E êste abandono se deve não só à proibição legal mas porque compreenderam os pescadores que a intoxicação prejudicava a procriação das espécies. Desta maneira êste processo, outrora tão empregado, passou a ser agora simples citação histórica no estudo dos processos gerais da pesca na ilha de Marajó.

Material — Os instrumentos gerais da pesca além dos que já descrevemos (rêdes e armadilhas) inclui também caniços, anzóis, o espinhel e as armas de arremêço como a flecha e o arpão.

Há grande variedade de "caniço", desde aquêles que são empregados para apanhar realmente o peixe (caniço com anzol na extremidade da linha) até aquêle que é empregado para atrair o peixe, conhecido pelo nome de "gaponga" [20].

O "espinhel" é uma longa linha que varia de 5 a 30 metros, e às vêzes mais, da qual pendem de 2 em 2 metros outras linhas curtas com os anzóis. A linha fica estendida com uma extremidade no fundo do rio, segura por uma pedra ou pedaço de ferro e a outra extremidade fica prêsa a uma bóia. Como isca usam pedaços de peixes (principalmente de tainha).

Resta falar na "canoa de pesca" que possui muitos designativos. Algumas são pequenas não tendo mais de 3 metros de comprimento, muito rasas, possuindo poucos e estreitos bancos. São feitas geralmente de uma tora de madeira de itaúba. Estão incluídas neste caso, a "jacumã" e o "casco". Outras contudo são maiores, apresentando divisões em seu bôjo, cano, mastro, vela, bancos largos, além de comportar maior quantidade de pescado. É a "canoa" pròpriamente dita, é o "igarité".

As primeiras levam uma vantagem: são mais fáceis de se manejar, mais velozes e podem penetrar nos lugares mais rasos, bastando para isto que o

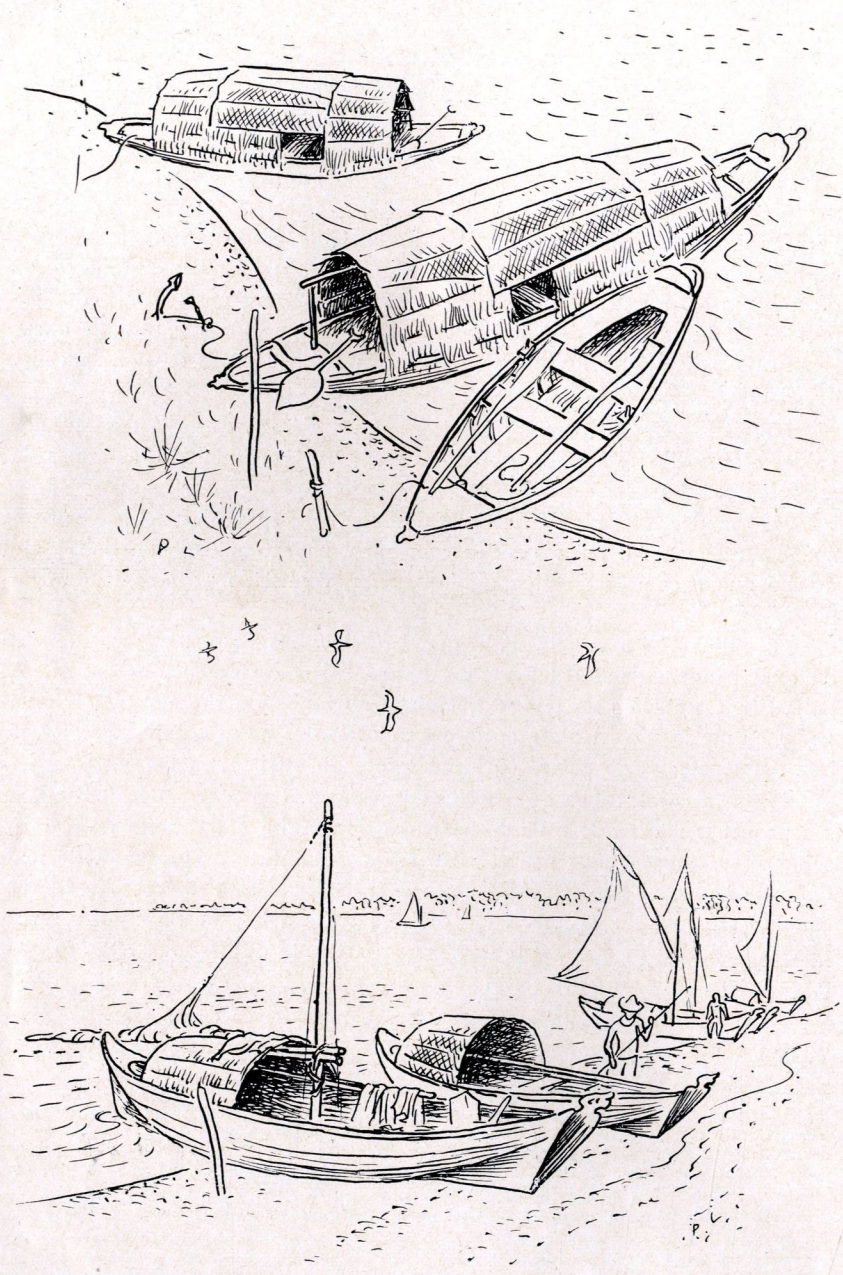
---

[18] O puçá é uma espécie de rêde, usada primitivamente pelos indígenas. Não era porém do mesmo tamanho que o atualmente conhecido. E era utilizado pelos índios para a pesca e não como instrumento de auxílio para retirar o pescado que fica prêso nas diferentes armadilhas. Vide MAURÍCIO DE HERIARTE, *Descrição do Estado do Maranhão, Pará, Corupá e Rios das Amazonas, no ano de 1692* — p. 30.

[19] A rêde de cacuri é uma rêde de malhas pequenas, que é colocada no fundo da armadilha para facilitar a retirada do peixe, quando o pescador não quer esperar pela vazante. O mais comum porém, é esperar que a maré baixe e então retirar o peixe com um paneiro ou com a mão.

[20] A "gaponga", de origem indígena, é um caniço que tem na extremidade da linha um pequeno seixo ou uma bola feita da costela do peixe-boi. O pescador bate na água com a gaponga para reproduzir o som de fruta caída, pois êle sabe que certos peixes, como o tambaqui (*myletas bidens*) são atraídos por êste ruído. Quando o peixe se aproxima o pescador joga outro caniço, êste com o anzol, e o peixe é prêso fàcilmente.

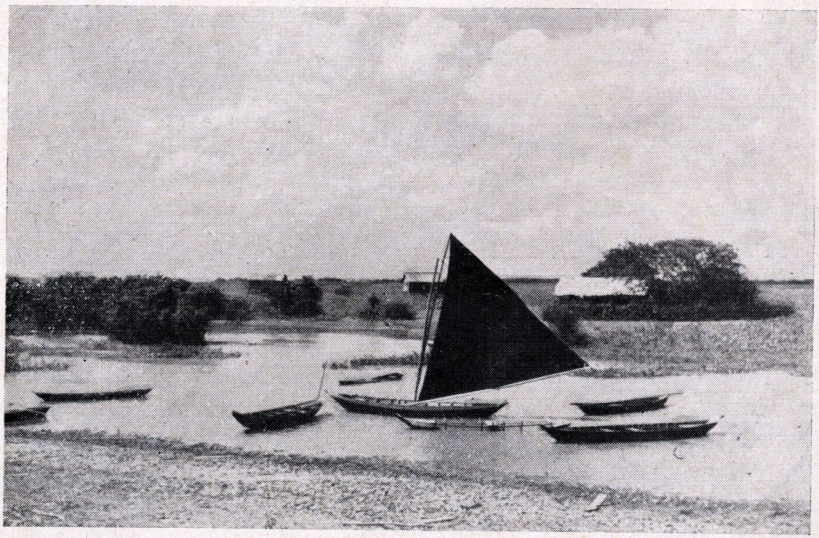
pescador maneje o remo — elíptico e chato, dando a direção que quiser (figs. 6 e 7).



Figs. 6 e 7 — *Tipos de canoas comuns na região do Arari. No desenho de cima vemos duas "montarias" toldadas (cobertura de palha ou jucitara) com remos elípticos e chatos. Ao lado, uma "montaria" típica. No desenho de baixo vemos uma baleeira, de feitio especial, com meia tolda e vela. São utilizadas para a pesca do arrastão.*

(DESENHO DE PERCY LAU)

Contudo o pescador não se utiliza forçosamente desta ou daquela canoa para realizar a pesca. Serve-se de qualquer uma e seja qual fôr a "montaria" [21] de que disponha, êle se entrega ao seu trabalho. Como já dissemos, depende das posses do pescador, a aquisição de uma canoa ou de um casco (figs. 8 e 9).



Figs. 8 e 9 — *Tipos de embarcações — (Foto A) usadas na pesca no lago Arari. Na segunda foto (B) vemos barcos de pesca junto à praia do povoado de Jenipapo, margens do Arari. Êste tipo de canoa demonstra que seu proprietário é mais abastado.*

Fotos C.N.G. — J. P. DE LA ROCQUE)

---

[21] A "montaria" não é sòmente útil ao caboclo para a realização de suas pescarias. Como disse BATES, "a montaria faz nesta região as vêzes do cavalo, e é quase sempre o único meio de locomoção do homem amazônico" (H. W. BATES, *The naturalist on the Amazon river*, Comp. Editôra Nacional).

Como vemos pelo que ficou dito acima seria impossível descrever todos os processos e instrumentos de pesca usados na ilha de Marajó. Muitos são próprios de certas zonas, outros apresentam variações locais, quase individuais.

O que acabamos de estudar são as técnicas mais aplicadas e difundidas, na região que percorremos.

c) Comércio: salga e exportação; a grande pesca, conforme convencionamos chamar, no início dêste trabalho, ao produto que favorece a existência de um comércio estabelecido com perspectivas de lucros é, como já dissemos, um notável contingente de fomento da economia regional.

José Veríssimo assinala que "a pesca e os produtos da pesca na Amazônia desde os mais antigos tempos de que temos notícia, não serviram sòmente à alimentação se não a usos de economia doméstica e industrial" [22]. O constante desenvolvimento do comércio de peixe fêz com que os interêsses administrativos estabelecessem os "pesqueiros reais" fundados primeiramente na ilha de Marajó e mais tarde estendidos por tôda a região [23].

Esta iniciativa governamental permitiu mais tarde que pesqueiros particulares também participassem do comércio da pesca, não só devido ao aumento da população e conseqüente procura de gêneros, como também pelo aparecimento de maior número de pescadores com aumento sensível da produção. Portanto, enquanto se efetuava a penetração e fixação do conquistador, as zonas de pesca iam também se alargando e multiplicando, tornando o comércio mais intenso. Muito embora tenha surgido com boas perspectivas, o comércio da pesca permanece por assim dizer estacionário, pois, pouca coisa mudou daquela época aos dias atuais.

Hoje o pescado pode ser apresentado ao mercado de duas maneiras: "fresco" e "beneficiado".

No primeiro caso está incluído o peixe que é consumido na região e no segundo caso estão as exportações, isto é, o peixe que é vendido fora da cidade. Estudaremos separadamente cada um dêstes aspectos que apresentam características próprias.

Consumo local — o peixe que é vendido para consumo local é geralmente aquêle que excede da venda para a exportação, ou então é aquêle que pescado nos meses de pouca fartura e que, não servindo para a venda de exportação, dada a sua pouca quantidade, é comerciado na cidade.

Neste caso o pescador vai diretamente ao mercado da cidade, vender o produto de seu trabalho. Vende o peixe a pêso ou a "cálculo". Muitas vêzes êle vende o peixe em "cambada" [24] e neste caso o peixe é comprado pela quantidade e não pela espécie.

---

[22] José Veríssimo, op. cit., p 140.

[23] E' discutida a data da instalação do primeiro "pesqueiro real". Segundo J. Veríssimo, "já existia", na ilha de Marajó, em 1685, um pesqueiro". E citando Guedes Aranha diz: "a ilha de Joanes onde se beneficia um pesqueiro efetivo pela fazenda real, provendo a cidade com 15 ou 20 mil tainhas cada mês". (J. Veríssimo, op. cit. p. 160).

Para Baena, o "pesqueiro real" data de 1692 (cf. A. L. Monteiro Baena — *Compêndio das Eras da Província do Pará*, 1838, p. 170).

[24] Dá-se o nome de "cambada" a uma enfiada de peixes num cipó que é introduzido na guelra do animal. Na ilha de Marajó a "cambada" é composta de várias qualidades de peixe.

O preço médio por quilo do peixe vendido no mercado é de Cr$ 3,50 (quadro n.º 1).

QUADRO N.º 1

CLASSIFICAÇÃO E VALOR MÉDIO DAS ESPÉCIES PESCADAS.

CLASSIFICAÇÃO	Qualidade	Valor médio/K (cr$)
Pescada e tucunaré	1a	3,50
Pirarucu e tambaqui	2a	2,80
Aracu, apaiari e piramutaba	4a	2,10 — 3,00
Tamuatá, traíra e aruana	5a	0,70 — 1,00

Às vêzes acontece que o pescador não pode ir ao mercado e então êle vende o pescado a um comerciante ou "aviador" [25] e recebe em troca, gêneros. A propósito do papel, que o comerciante desempenha entre os pescadores trataremos mais pormenorizadamente quando estudarmos o gênero de vida do pescador.

A época que antecede a "grande pesca" encontra comércio propício sòmente para a venda local.

Mas, isto não quer dizer que nos meses de agôsto a dezembro, época justamente da pesca maior, a população da ilha se veja privada do seu alimento básico que é o peixe. Êste existe sempre durante o ano, apenas em menor quantidade nos meses posteriores à época de maior fartura.

Comércio de exportação — o produto da grande pesca efetuada nos meses de agôsto a dezembro, é em sua quase totalidade exportado diretamente para Belém.

O peixe é exportado de duas maneiras: "congelado" e "beneficiado".

Para transportar o produto congelado, há barcos especiais, cujo aparelhamento é próprio para levar o peixe entre camadas de gêlo. Chama-se a êste barco, "geleira", naturalmente devido à sua função principal que é de trazer pedras de gêlo e levar o peixe congelado [26].

A capacidade da geleira é da ordem de 5 a 10 toneladas para o transporte de peixe congelado e de 2 000 a 2 500 quilos para o gêlo em pedra ou britado.

O produto beneficiado, isto é, o peixe salgado, é transportado igualmente para Belém, mas em outro tipo de embarcação, conhecida simplesmente pelo nome de "motor" [27].

O processo que os pescadores utilizam para vender seu produto é simples. Êles vendem diretamente ao comerciante, quase nunca à "geleira". Via de regra, no entanto, os comerciantes são também proprietários da "geleira". Além

---

[25] Na região amazônica chama-se "aviador" ao comerciante que "avia", isto é, que vende gêneros e compra produtos.

[26] As "geleiras" são barcos a vela ou a motor. Para fazer o transporte do peixe na época da grande pesca, os municípios de Arariúna e Ponta de Pedras dispõem de um total de 12 "geleiras", cujos proprietários, são na sua totalidade comerciantes portuguêses, residentes em Belém.

[27] O "motor" é uma canoa grande, um pouco maior que o "igarité". Tais embarcações são assim denominadas porque geralmente tôdas elas são providas de motor, tornando mais rápida a ligação com a capital do estado.

disso, o pescador acha mais prático vender ao comerciante, porque ali mesmo êle compra os gêneros necessários à sua alimentação e quando não, êle paga, com o peixe, suas dívidas atrasadas [28].

DISTRIBUIÇÃO DO PEIXE: DO PESCADOR AO CONSUMIDOR
(ILHA DE MARAJÓ)

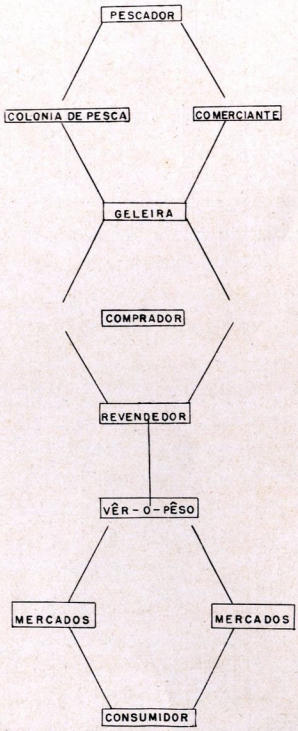


Fig. 10 — *Esquema mostrando a distribuição do peixe desde o pescador até o consumidor, através de vários intermediários. Êsse processo, que apresenta tantos "atravessadores", força naturalmente o aumento de preço, sendo o maior lucro exclusivamente dos mesmos intermediários. Cumpre assinalar que a colônia de pesca não chega a ser pròpriamente um intermediário, embora cobrando uma taxa de produção, vai influir também, para o aumento do produto.*
(Desenho de J. César de Magalhães)

Se o comerciante não é proprietário da "geleira", êle vende então a esta, todo o peixe que comprou do pescador. A "geleira por sua vez, revenderá em Belém a mesma mercadoria, no "Ver-o-Pêso" e nos outros mercados da cidade.

Esta distribuição do produto, força naturalmente o aumento do preço, e o lucro é quase todo do "atravessador" [29] dono das "geleiras" sendo prejudicados o pescador e o consumidor (fig. 10).

No que diz respeito à colônia de pescadores, cumpre esclarecer bem o papel que ela desempenha, no que concerne ao comércio de peixe. Pois na realidade, não é a colônia de pescadores um intermediário neste comércio. O que acontece é o seguinte: ela não compra nem vende o peixe, mas cobra uma taxa de 4% sôbre a produção total do pescador (naturalmente que esta taxa só diz respeito aos pescadores matriculados).

Já vimos que por ocasião da "grande pesca" o transporte do peixe é feito por intermédio de 12 "geleiras". Mas, tal número ainda é pequeno uma vez que é bem grande a a produção e sendo pouco o transporte, nem todo o peixe é vendido "sendo o excedente pôsto fora, uma vez que a população local não o consome todo. Êste problema da superprodução seria resolvido com a criação de um entreposto de pesca, o que viria de encontro à velha aspiração dos pescadores locais, e evitaria assim os intermediários e asseguraria a venda de tôda a sua produção.

Além do entreposto, um outro benefício se torna necessário. E' a instalação do frigorífico que não sòmente conservaria o pescado, mas também evitaria a ação monopolizadora da "geleira" que na realidade é o único comprador.

---

[28] Como já dissemos, linhas acima, o comerciante ou "aviador", é na realidade o dono de tudo, inclusive do produto do pescador. Êle monopoliza tudo, graças à sua boa casa de negócios, onde o pescador encontra o necessário para o seu trabalho e para o seu sustento.

[29] "Atravessador" — o mesmo que intermediário, ou seja, aquêle que "atravessa".

O entreposto e o frigorífico resolveriam o problema da superprodução e do comércio de peixe em geral, desde que os entrepostos localizados junto às colônias de pesca s eencarregassem, também, do transporte regular do pescado, aos mercados consumidores, em Belém.

Produção sem transporte é riqueza negativa e infelizmente na região de Marajó, principalmente na região do rio e lago Arari, o sistema de transporte é bastante precário, tornando-se mesmo, um dos problemas que exigem pronta solução.

Até agora só as "geleiras" cuidam do transporte do peixe para Belém. Disto resulta que o preço é ela quem dá, e o pescador é obrigado a aceitá-lo, pois, caso contrário tôda sua produção será perdida. No máximo êle conseguirá vender alguns quilos de peixe no mercado da vila ou da cidade.

A despesa de uma "geleira" é bastante elevada:

	Cr$
Reboque de lancha até Jenipapo	600,00
Impôsto municipal [30]	126,00
Gêlo (a tonelada)	500,00
Pessoal (em média)	100,00
TOTAL	1 326,00

Todavia, estas despesas são compensadas largamente, dado o sistema de monopólio da compra do peixe, que ela exerce, ao lado do lucro que a "geleira" obtém fazendo, na região, o papel do "regatão", comerciando fartas e variadas mercadorias em todos os portos, e sedes de fazenda em que passa, na viagem de Belém a Jenipapo onde vai buscar o peixe. Com isto as "geleiras" chegam mesmo a fazer séria concorrência ao comerciante local.

Por enquanto nos referimos sòmente à "geleira" que é aquela que transporta o peixe congelado, que é o exportado em maior escala, conforme se pode observar no quadro n.º 2.

QUADRO N.º 2
(Municípios de Arariúna e Ponta de Pedras)
Total do peixe exportado congelado

COLÔNIA Z-26

ANO	Unidade (K)	Valor (cr$)	Preço médio por K
1947	26 505	79 503,00	2,99
1948	653 381	779 161,20	1,19
1949	365 500	606 000,00	1,65
1950	780 618	1 141 254,90	1,46
1951	320 443	362 195,50	1,13
1952	382 019	715 719,00	1,82

COLÔNIA Z-25

ANO	Unidade (K)	Valor (cr$)	Preço médio por K
1947	53 010	159 006,00	2,99
1948	1 306 762	1 594 332,40	1,22
1949	731 000	1 212 000,00	1,65
1950	1 561 236	2 282 509,80	1,46
1951	640 887	724 894,50	1,13
1952	650 305	1 156 441,00	1,77

[30] Observando o quadro das despesas convém assinalar, que o impôsto por município é de Cr$ 63,00, porém como o barco geleira atravessa ao mesmo tempo Arariúna e Ponta de Pedras, seu impôsto é de Cr$ 126,00, no total.

O peixe beneficiado, isto é, salgado não alcança tanta expressão pelos seguintes motivos:

1 — Há maior número de "geleiras" que de "motores".

2 — O preço do peixe congelado é superior ao beneficiado.

3 — O pescador para salgar o peixe precisa comprar o sal (que sai a Cr$ 1,30 por quilograma), além de ter que dispensar algum tempo no trabalho de beneficiamento. Ao passo que o gêlo o pescador não precisa comprar, pois a geleira se encarrega desta parte.

4 — O peixe beneficiado é exportado para a zona do Guamá, mercado menos rico que Belém.

Assim, para aquêle que faz o comércio do peixe, é muito mais negócio comerciar com gêlo que com sal. E isto porque, o gêlo é duas vêzes mais barato que o sal, o peixe congelado tem maior valor no mercado e apresenta ainda a vantagem de conservar por mais tempo o aspecto natural do pescado, muito embora seja inevitável o maceramento, principalmente nas camadas inferiores que ficam muito comprimidas. Entretanto, considerando a grande quantidade transportada numa "geleira" de peixe congelado, a porcentagem sacrificada é insignificante.

No gráfico (fig. 11) apresentamos as três formas de peixe vendido na colônia de pesca Z-26: consumido na cidade, exportado congelado e exportado beneficiado. Podemos distinguir imediatamente que o peixe exportado congelado é muito mais expressivo não só pelo valor como pelo seu total.

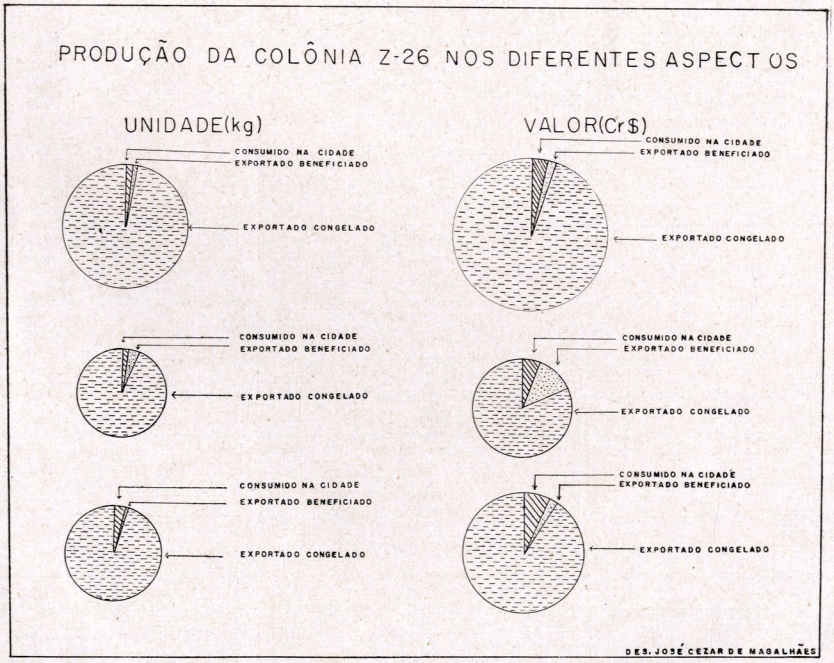


Fig. 11. —(Dados referentes aos anos de 1950, 1951 e 1952).

Vemos no quadro n.º 2 o valor e a produção do peixe exportado congelado pelas duas colônias de pesca, que estamos estudando, para os anos de 1947 a 1952 [31]

QUADRO N.º 3

Classificação por qualidade, valor médio e formas de exportação

COLÔNIAS Z-25 E Z-26

(Municípios de Arariúna e Ponta de Pedras)

1.ª qualidade	Pescada Tucunaré	Preço médio 3,50	Exportado congelado e beneficiado
2.ª qualidade	Pirarucu Tambaqui	2,80	consumido na cidade
4.ª qualidade	Aracu Apaiari Piramutaba	2,10	Exportado, congelado e beneficiado
5.ª qualidade	Tamuatá Traíra Aruanã Piranha Jacaré	..... pele..... 1,00 carne.... 20,00	0,75 Exportado, congelado e beneficiado

No quadro n.º 3 está especificado para as duas colônias Z-26 e Z-25 o preço médio do peixe nas diversas qualidades; no quadro n.º 4 estão discriminados os preços do peixe vendido pelo pescador e pelo comerciante (intermediário) à geleira, assim como, também, o custo do quilo de peixe, para o consumidor, em Belém.

QUADRO N.º 4

QUALIDADE	Pescador à geleira Cr$	Comerciante à geleira Cr$	Consumidor Cr$
1.ª	4,50	4,60	6,80
2.ª	3,50	3,70	4,50
3.ª	2,50	2,60	3,00
4.ª	1,50	1,50	2,10

Podemos assim ter uma idéia de como se efetua o comércio entre pescadores e comerciantes, no centro produtor e no consumidor, ao mesmo tempo que travamos conhecimento com os problemas atinentes ao comércio e exportação do peixe em duas zonas pesqueiras da ilha de Marajó.

d) *Industrialização*: *grude de gurijuba* — no que diz respeito ao comércio, a atividade pesqueira encontra-se com um desenvolvimento razoável, conforme tivemos oportunidade de salientar, linhas atrás. Infelizmente não se

[13] Dados obtidos no Serviço de Estatística da Produção das Colônias de Pescadores X-26 e Z-25, fornecidos pela Inspetoria Regional de Estatística do Pará.

pode dizer o mesmo da indústria. Quase podemos afirmar que neste particular, a industrialização está pràticamente para ser iniciada. E no entanto "a Amazônia tem nos peixes das suas águas doces e salgadas uma riqueza apenas inferior à da borracha" [32].

Com efeito, as tentativas para desenvolver industrialmente a pesca ou as poucas indústrias existentes para beneficiamento do peixe, são irrisórias ao lado de outras iniciativas que se desenvolveram satisfatòriamente na Amazônia.

A êste propósito, achamos oportuno transcrever aqui a opinião de um técnico do Ministério da Agricultura que esclarece: "Desde que o extremo-norte começou a povoar-se foi principalmente nas águas do "Mar-Dulce" que os desbravadores da região procuraram o seu alimento. Data conseqüentemente, dessa época remotíssima, a formação ali de uma indústria de pesca, indústria cujo desenvolvimento se acelerou muito, devido à circunstância bem conhecida de terem sido descuradas, durante largo período, as outras fontes possíveis de elementos para a nutrição — a lavoura e a pecuária. E tão saborosos, tão sadios eram os recursos, neste particular, do formidável e generoso rio, comparados, aos gêneros pobres de vitaminas, senão deteriorados que se importavam para sustento dos seringueiros, quando a borracha merecia o cognome de ouro negro, que mesmo na fase mais próspera da indústria gomeira, não se abandonaram os viveiros de tartarugas e de peixes. Apenas é de rigor a distinção que a tal respeito estabelece Raimundo Morais, o consagrado autor de *Na Planície Amazônica* entre os caboclos naturais do vale e seus hóspedes, os nordestinos, que o flagelo das sêcas tangia, em levas tumultuosas, para o Amazonas. Enquanto os "retirantes", os "brabos", os cearenses, em suma — que assim passavam a designar-se todos os originários do Nordeste — se absorviam na extração do látex, ansiosos por se fazerem ricos para regressarem, o mais depressa possível, ao inolvidável rincão, os amazonenses permaneciam fiéis aos hábitos do tempo antigo, e abasteciam das várias espécies de pescado, os barracões dos seringais" [33].

Como se vê, a indústria do peixe data de longa época, se considerarmos à maneira do autor acima citado como indústria, o beneficiamento e a salga dos diversos peixes, principalmente aquêles destinados aos seringais longínquos. O beneficiamento e a salga do peixe são antes "processos de indústria" que pròpriamente indústria, ou seja transformação da matéria-prima.

Não há realmente uma indústria organizada para transformação do peixe, no estado do Pará; pelo menos não temos notícias de tal acontecimento.

Mais uma vez citamos José Veríssimo, que já naquela época escrevia: "As tentativas da indústria para desenvolver a pesca marítima, consubstanciadas em que uma companhia de pesca organizada pelos anos de 1884-85, no Pará, falharam completamente, não sabemos se por incompetência, por negligência ou por incapacidade de seus dirigentes. E na capital dêsse estado continua o peixe fresco a ser pouco, de má qualidade e caro" [34].

---

[32] J. Veríssimo, op. cit., p. 166.

[33] "A piscicultura na Amazônia (sua necessária organização industrial)" *in Boletim do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio*, ano XVIII, n.º 4, vol. 1, abril, 1929 — P. 536.

[34] Op. cit., p. 170-171.

Isto significa que em 1895, época em que foi escrita a preciosa obra de VERÍSSIMO, já se fazia sentir a necessidade de industrializar o peixe, antes para servir melhor a população local como pròpriamente para estabelecer uma nova indústria na região, que sempre neste particular, apresentou um desenvolvimento mínimo.

E' realmente desanimador verificar-se que o peixe não é aproveitado devidamente, quando êle significa uma fonte certa de riqueza.

Êste assunto — industrialização do peixe — é interminável e poucos são os autores que não tenham tratado dêle. Entretanto, tôdas as considerações caem em ponto morto e as discussões continuam, sem contudo chegar-se a uma conclusão prática.

Em nosso país, com raras exceções, o peixe serve apenas como alimento do homem. Ninguém cogita de aproveitar industrialmente seus produtos, ou pelo menos bem poucos são os que se ocupam dêste particular [35] e geralmente aquêles que decidem iniciar o trabalho da industrialização, o fazem movidos por capitais privados, e infelizmente nem sempre com bases seguras, ou com um plano organizado, daí naturalmente não progredirem tais organizações.

Mas não é sòmente entre os particulares que sentimos esta falta de orientação e esta insegurança quanto ao êxito da iniciativa. As organizações governamentais por falta de diretrizes técnicas, fiscalização e ausência de um plano diretor, de âmbito nacional, não conseguiram até hoje aproveitar as imensas riquezas que a pesca oferece na Amazônia.

Não faltam porém, por parte do govêrno, inúmeros atos relativos à pesca, e podemos citar entre outros, os seguintes:

1 — Criação de entreposto de pesca
2 — Regulamentação para os entrepostos federais de pesca
3 — Aprovação do Código de Caça e Pesca
4 — Concessão de favores à pesca e suas indústrias
5 — Obrigatoriedade do consumo de peixe nos estabelecimentos federais, estaduais ou subvencionados pelo govêrno federal
6 — Regulamentação da concessão de empréstimos aos industriais de pescado, etc. [36].

Mas, apesar de tôdas essas medidas, a situação da pesca continua sendo precária e insuficiente para atender às necessidades de nossas populações, não correspondendo a indústria da pesca, nas pautas fiscais, ao seu valor real.

---

[35] O aproveitamento integral dos produtos e subprodutos do peixe em nosso país, para fins de industrialização, não é de modo geral, trabalho persistente e de orientação técnica. Damos abaixo a lista de alguns estados da União, onde se acham desenvolvidas a industrialização do peixe, quer pelo govêrno ou emprêsas particulares:

Maranhão	Camarão, cação
Rio Grande do Norte, Pernambuco e Paraíba	Lagostas e óleo de baleia
Rio de Janeiro e Distrito Federal	Sardinha, filé de cação, óleo, etc.
São Paulo	Sardinha
Santa Catarina e Rio Grande do Sul	Azeite de peixe, camarão, ovas, etc.

[36] Êstes atos são referentes aos anos de 1933/1951. Além dêsses podemos lembrar ainda a criação da taxa "Expansão da Pesca" que permitiu a ampliação de serviços do órgão especializado do Ministério da Agricultura, e Divisão de Caça e Pesca, salientando-se a instalação de postos de piscicultura, estações experimentais e aquários.

Particularizado esta situação para o estado do Pará, observamos nas estatísticas de importação e exportação uma situação instável. Verificamos, por exemplo, que a importação de peixe é maior que a exportação, e isto não se refere sòmente a espécies extra amazônicas, isto é, espécies que não são encontradas nas águas dos rios e lagos do estado do Pará. Pelo contrário, importam-se peixes que são encontrados na região, como a gurijuba, mapará, piramutaba, pirarucu, tainha do mato e outros, todos importados secos e salgados.

Isto vem demonstrar que a produção é ainda insuficiente para atender ao comércio local e com isso o estado do Pará importa peixe sêco e salgado até do Rio Grande do Sul.

E' verdade que há também exportação de peixe, mas observando os dados referentes aos anos de 1951/1952 notamos que o estado do Pará enquanto exportou 139,495 kg, importou 2 085 612 kg, o que significa que a exportação correspondeu ao valor de Cr$ 834 470,00 ao passo que a importação se elevou a Cr$ 20 258 621,90.

Concluímos então que o Pará comprou 14 vêzes mais que vendeu, tornando o comércio de exportação pràticamente fictício.

O estado do Pará tem os seus maiores compradores nos estados do Ceará, Bahia e no território federal do Guaporé. E seus maiores fornecedores são: território federal do Amapá e estados do Maranhão, Amazonas, Goiás e Rio Grande do Sul (vide quadro n.º 5).

QUADRO N.º 5

PARÁ

Exportação para as unidades federadas

(Origem nacional e estrangeira)

PRODUTO E DESTINO	QUILO		VALOR — CR$	
	1951	1952	1951	1952
Peixes secos e salgados	—	**363**	—	**8 624,00**
Território F. do Acre	—	180	—	4 300,00
Território F. do Amapá	—	183	—	4 324,00
Peixe bacalhau	**21 376**	**15 128**	**247 228,00**	**311 061,00**
Amazonas	1 170	2 945	24 070,00	61 757,00
Maranhão	3 738	580	73 103,00	11 020,00
Território F. do Acre	2 041	3 132	41 478,00	60 740,00
Território F. do Amapá	2 014	3 361	43 731,00	72 271,00
Território F. do Guaporé	3 413	5 110	64 846,00	105 273,00
Peixe sêco pirarucu	**9 360**	**12 973**	**96 470,00**	**147 762,50**
Ceará	9 060	11 500	94 560,00	122 400,00
Território F. do Amapá	300	1 473	1 910,00	25 362,50
Peixe sêco pescada	**225**	**880**	**3 023,00**	**11 995,00**
Amazonas	25	—	438,0	—
Território F. do Acre	—	440	—	5 900,00
Território do F. do Amapá	200	440	2 585,00	6 095,00

Fonte: *Pará Estatístico* n.º 3 — Departamento Estadual de Estatística — Belém, 1953.

Acentuando a necessidade de desenvolver indústrias de produtos da pesca José Veríssimo frisou muito objetivamente que "serão elas notável contingente ao incremento da riqueza e portanto do desenvolvimento da região, como ao aumento do bem estar das suas populações, geralmente pobres" [37]. Mas como já vimos nada há de concreto neste sentido e enquanto isso as importações aumentam; o que é produto da região não chega mais para abastecer o comércio local e tempo chegará em que até mesmo o grude de gurijuba será importado do Maranhão, do Amapá e do Guaporé.

Grude de gurijuba — Dos produtos da pesca que são objeto de exportação o único que alcança certo vulto, não apenas pela quantidade mas também pelo seu valor, é o chamado grude de peixe (vide quadro n.º 6). O grude de peixe é talvez o único dos produtos derivados da pesca que aparece nas estatísticas, e em sua quase totalidade é extraído do peixe gurijuba (*arius luniscutis*)[38].

QUADRO N.º 6

Pará

GÊNEROS	QUILO					VALOR Cr$				
	1946	1947	1948	1949	1950	1946	1947	1948	1949	1950
Grude	54 958	42 524	2 273	43 214	53 099	690 518	648 139	36 423	559 698	514 914
Pescada	9 739	5 768	308	3 500	6 200	165 071	130 275	4 252	63 112	61 965
Ovas de peixes	—	—	—	—	30	—	—	—	—	600
Peixes secos e salgados	57 660	367 155	300 005	114 465	334 015	420 150	2 430 143	1 639 612	798 651	2 165 190
Peixe sêco, pirarucu	120	65	7 550	7 550	120	660	855	52 550	44 580	1 080

E' curioso notar que mesmo assim o estado do Pará ainda importa grude de peixe, importação esta que nos anos de 1946/1952 totalizou 90 056 kg no valor de Cr$ 665 307,00.

Êstes números demonstram claramente que não é estável o comércio do grude de peixe na região estudada; a venda ultrapassa a compra, de pouco; no entanto se esta indústria fôsse ampliada e desenvolvida racionalmente pouparia ao estado cêrca de Cr$ 700 000,00 anuais (quadro n.º 7) [39].

QUADRO N.º 7

Exportação

Grude de peixe

ANOS	Unidades (K)	Valor (cr$)
1946	64 697	855 589,0
1947	48 787	788 314,0
1948	2 578	40 675,0
1949	46 714	621 810,0
1950	59 299	576 879,0
1951	62 653	963 682,9
1952	52 274	858 745,6
TOTAL	**337 002**	**4 705 695,5**

[37] Op. cit., p. 171.

[38] O grude de peixe pode ser obtido também da pescada (*plagioscion squamosissima*) da piramutaba (*piramutana piramuta*) e outros.

[39] Incluimos nas estatísticas de grude de peixe não só o da gurijuba, mas também o da pescada e da piramutaba.

QUADRO N.º 7 (Continuação)

IMPORTAÇÃO

Grude de peixe

ANOS	Unidades (K)	Valor (cr$)
1946	12 157	141 573,0
1947	14 894	130 138,0
1948	10 273	84 683,0
1949	9 808	53 991,0
1950	22 695	99 505,0
1951	8 779	67 130,5
1952	11 450	88 287,0
TOTAL	**90 056**	**665 307,5**

Além do grude de peixe há outros produtos da pesca que poderiam ser industrializados concorrendo para aumentar a receita estadual. Dentre êles, citamos os seguintes:

1 — Couro de peixe-boi
2 — Pirarucu
3 — Ova de peixe
4 — Farinha de peixe
5 — Óleo de peixe
6 — Conchas de madrepérola
7 — Peixes secos e salgados [40].

Algumas tentativas já foram feitas, no sentido de submeter o pirarucu a um processo que resultaria em apresentá-lo ao consumo, em forma de postas compridas e espêssas, semelhantes aos peixes marinhos conservados em lata.

Também o couro do peixe-boi mereceu a atenção de um grupo de industriais de São Paulo, e uma fábrica de artigos desta matéria-prima chegou mesmo a funcionar na capital paulista, a fim de obter entre outros, os seguintes produtos: curtume a cromo e taninos vegetais, correias e artigos industriais, tacos e blocos de couro sêco para engrenagens, cola animal, etc.

Igualmente as conchas de madrepérola têm grandes possibilidades de venda, uma vez industrializadas, pois têm largo emprêgo na fabricação de botões, bijuterias e objetos similares [41].

A continuação de tais empreendimentos — e só nos referimos a três dos produtos de pesca — possibilitaria sem dúvida o interêsse por outros produtos

---

[40] Sôbre a rubrica de peixes secos e salgados estão incluídos os peixes conservados pelo processo de salgamento, de salmoura, moqueação, etc. Na quantidade computada naquela rubrica é talvez a tainha que mais se faz avultar.

[41] Nos três primeiros trimestres de 1940 o estado do Pará exportou a apreciável quantidade de 344 224 kg de conchas no valor de Cr$ 228 692 300,00, não só para os grandes centros industriais do país, onde existem indústrias especializadas (São Paulo e Rio de Janeiro) como também para o exterior (Alemanha e Japão).

Essas conchas ocorrem na região do rio Tocantins, abrangendo os municípios de Mocajuba, Baião, Cametá e Marabá, sendo o município de Baião o maior produtor.

Daquele ano para cá a exportação parou, talvez devido à deflagração da guerra ou ainda pela dificuldade de extração das conchas, localizadas em lugares bastante profundos do Tocantins.

O fato porém é que se tivesse sido realizado com a devida atenção, um estudo sistemático sôbre as conchas, procurando-se naturalmente atinar com a melhor solução, não se teria descurado desta legítima fonte de riqueza que sòmente nos três primeiros trimestres de 1940 rendeu ao estado o total extraordinário de quase dois milhões e meio de cruzeiros.

pesqueiros, uma vez que os há em volume considerável, abrindo-se novas perspectivas, não só para as rendas estaduais, como ainda na solução de se abastecerem as cidades do interior, além da capital paraense.

As exportações são superiores muitas vêzes às importações, estando aí incluído o próprio grude de gurijuba, que inegàvelmente, de todos os produtos da pesca, é o que mais tem contribuído para os cofres públicos [42].

Talvez o problema da industrialização fôsse resolvido mais depressa se as autoridades estaduais recorressem aos modernos conhecimentos sôbre as possibilidades da criação do peixe em larga escala. Esta modalidade de exploração intensiva da piscicultura nos rios, lagos e lagoas é adotada por todos os povos adiantados, mas em nosso país, a piscicultura apenas começa, sendo que em São Paulo, o seu desenvolvimento é animador [43].

A exploração racional e eficiente dos produtos aquáticos dos rios, lagos e lagoas depende de medidas rigorosas de proteção e manutenção das espécies, só conseguidas com a piscicultura intensiva, como fazem os americanos [44].

E' ainda do Cte. Armando Pina que obtivemos a informação de que "se os americanos tiram, com auxílio da piscicultura, 380 milhões de cruzeiros por ano de 1 454 000 000 de metros quadrados, podemos bem avaliar o que se poderá obter de 305 000 000 000 de metros quadrados (área da bacia Amazônica)" [45].

Aliás o problema, ou antes, a idéia de se criar a piscicultura na Amazônia é bem antiga. Um dos primeiros a se dedicar a esta ordem de especulação foi R. von Ihering que expôs a seguinte tese: "No Brasil a piscicultura deve render 1 000 a 2 000 quilos por hectare, portanto o duplo ou quádruplo do que se consegue na Alemanha, em 2-3 anos, com o arraçoamento, quando a nossa piscicultura quase sempre dispensa o arraçoamento" [46].

Outros técnicos têm debatido o problema e demonstrado inclusive que não é por conseguinte da pesca, e sim da piscicultura que se deve falar quando quisermos enxergar neste domínio, uma fonte de riqueza capaz de concorrer

---

[42] A êste respeito, informa o Departamento Estadual de Estatística, através de sua publicação oficial *Pará Estatísico* — 1951 que o esado do Pará importou do estrangeiro 15 516 kg de peixes congelados no valor de Cr$ 96 897,00 além de 6 731 kg de peixes secos e salgados no valor de ..... Cr$ 130 040,00. Adiantamos que não se trata de peixe bacalhau.

[43] Quando afirmamos que o desenvolvimento da piscicultura apenas começa, entre nós, estamos considerando sobretudo o seu aspecto intensivo e de resultados imediatos. Daí termos salientado o ocorrido em São Paulo. Cumpre salientar que no Nordeste do Brasil, na chamada área do Polígono das Sêcas, em alguns acudes ali existentes, tem sido desenvolvida a piscicultura. Convém ainda notar que nesses açudes foi disseminado, pela Comissão Técnica de Piscicultura, o pirarucu, cuja reprodução em cativeiro, foi conseguida no Museu Goeldi, em Belém. (Outras espécies amazônicas têm sido também raciadas, como o tucunaré). Outros estados, além de São Paulo, que desenvolvem a piscicultura: Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro.

[44] Os norte-americanos exploram atualmente tôdas as suas águas doces, calculadas em 36 000 acres ou 1 454 000 000 de metros quadrados de superfície líquida, conseguindo lucros de cêrca de 19 000 000 de dólares anuais ou 380 milhões de cruzeiros, aproximadamente. Só nos grandes lagos e na bacia do Mississipe e Missouri, as colheitas atingiram 61 000 000 de quilos, no valor de 24 milhões de cruzeiros (*Fôlha do Norte* — 12-10-48, artigo do Cte. Armando Pina).

[45] A áreada bacia Amazônica é de 4 778 374 quilômetros quadrados, ou seja 56,13% da área total do país, concorrendo com apenas 22% do potencial hidráulico (4 395 900 c.v.), devido justamente ao seu relêvo, que favorece não só à navegabilidade, mas ao aproveitamento do potencial hidráulico, sobretudo nas encostas do planalto guiano e do planalto brasileiro, onde aparecem os trechos mais encachoeirados.

[46] R. von Ihering — *Piscicultura do Brasil*, p. 536.

para a expansão econômica e para o integral progresso desta grande região. Mas o problema é talvez mais complexo do que parece, à primeira vista.

Vamos transcrever uma parte do relatório de um técnico do Ministério da Agricultura que comentou a êste respeito o seguinte: "A indústria que lá (Amazônia) se criou tendo por base os admiráveis, os enormes viveiros constituídos por diferentes cursos d'água, precisa organizar-se em moldes progressistas. Como, porém, essa organização acarretaria inevitàvelmente maiores perigos para a conservação de tais viveiros, imprescindível se nos afigura que ela envolva planos eficientes de regulamentação da pesca.

Estamos, pois, em face de dois problemas: a defesa dos viveiros amazônicos e sua melhor e mais produtiva exploração.

Seria de máxima conveniência para aquela região, tão necessitada que se lhe valorizassem as múltiplas riquezas, que grandes companhias de pesca se fundassem. Indispensável seria, entretanto que, caso tal fundação se verificasse e precedessem as providências do poder público, racionais e eficientes, no sentido de se obter tudo quanto pudesse, ao influxo das novas e maiores cobiças, cuja formação ficaria fora de dúvida, concorrer para a ampliação de erros, dos verdadeiros crimes, hoje praticados a tal respeito, por tôda a extensão do vale" [47].

Enquanto não houver na Amazônia — a fórmula piscicultura e pesca, não se poderá esperar uma atividade industrial fecunda, pois enquanto da piscicultura depende o futuro da importante indústria, em tôrno da qual fizemos considerações linhas acima, da pesca advém apenas uma ameaça à inestimável riqueza que os rios amazônicos representam, enquanto praticada isoladamente e pelos processos atuais.

A pesca isoladamente representa prosperidade efêmera.

Atualmente com a criação da SPVEA as perspectivas a respeito da pesca e piscicultura são mais animadoras.

A Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, que dispõe de imensos recursos financeiros e de conhecedores desta região, indo inclusive, mais longe, no desejo de favorecer e valorizar realmente a população e a região, solicitando do Ministério da Agricultura técnicos e auxílios diretos junto a seus prepostos nos estados, já cogitou da questão.

No seu programa de emergência para 1954, elaborado pela Comissão de Planejamento, foi focalizado o assunto de pesca e piscicultura. Eis como ficou a redação da aplicação da verba de Cr$ 1 200 000,00 destinada a estas atividades: "Nas condições atuais da Amazônia e com as dificuldades de desenvolver a curto prazo o seu rebanho bovino, a pesca constitui o recurso mais imediato de que poderemos dispor para melhorar a dieta de proteínas animais da população local.

Um programa de emergência para o desenvolvimento da pesca em 1954 deve compreender várias ordens de providências:

1 — Incentivo imediato à pesca com as seguintes medidas:

---

[47] "A piscicultura na Amazônia (sua necessária organização industrial)" *in Boletim do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio*, ano XVIII, n.º 4, vol. 1, abril, 1929, pp. 537-538.

a) Financiamento à aquisição de rêdes de arrastão pelos pescadores à base de crédito pessoal;

b) Financiamento à aquisição de barcos pesqueiros, dotados de instalações frigoríficas com a capacidade de trinta toneladas, operados por particulares ou pelas colônias de pescadores;

c) Frigoríficos locais para receber o pescado e que podem ser os mesmos previstos no programa de emergência de alimentação.

2 — Estudo dos métodos de pesca e conservação do pescado, inclusive da preparação do sal próprio.

3 — Estudos de piscicultura: costumes dos peixes, ciclos de reprodução natural e artificial, plancton das águas, alimentação dos peixes carnívoros, determinação dos métodos próprios da piscicultura na região, etc.

Êsses estudos poderão ser realizados anexos ao Instituto de Pesquisas Florestais e necessitarão das seguintes verbas:

	Cr$
Para estudos de limnologia	200 000,00
Para estudos de ictiologia	200 000,00
Para estudos de conservação do pescado	200 000,00
Material e mão-de-obra	300 000,00
Despesas de viagem	300 000,00
TOTAL	1 200 000,00"

Desta forma é de se esperar que dentro de alguns anos possamos contar com a indústria efetiva da pesca em Marajó com exploração racional das espécies ictiológicas da região, de modo a fazer com que esta atividade econômica venha a pesar devidamente na renda do estado.

e) *As colônias de pesca e o gênero de vida dos pescadores* — por fôrça do decreto-lei n.º 11 506, de 4 de março de 1915, que criou e regulamentou as colônias de pescadores no Brasil, foi fundada em junho de 1923, a colônia de pescadores Z-45 de Arariúna, e em data posterior a colônia Z-46 no lago Arari, ambas no município de Arariúna que, naquela época possuía inclusive quase dois terços do atual município de Ponte de Pedras, abrangendo portanto tôda a zona do alto Arari [48].

Sòmente depois de 1945 é que voltaram as colônias de pesca a ter nova diretriz, e isto devido à reorganização das federações de pesca. E' desta data a mudança dos prefixos das colônias: Arariúna (Z-26) e Ponta de Pedras (Z-25).

Dos benefícios a que propunham as colônias por seus estatutos, constava entre outros, a assistência financeira, material e social a seus sócios, mediante a cobrança de taxas adicionais que incidem sôbre o valor do pescado. Além dêsses benefícios, propunham-se as colônias garantir aos pescadores, o livre exercício da pesca bem como o estacionamento temporário nas terras de mari-

[48] No período de 1933 a 1944 a colônia entrou em franco abandono, sendo fraca sua ação entre os pescadores.

nha, em tôda sua extensão, nos rios e lagos sujeitos ao fluxo e refluxo das marés ou de livre trânsito [49].

QUADRO N.º 8

Relação dos fazendeiros do município de Arariúna, arrendatários da área de terras das margens do rio e lago Arari (terras de marinha) nas zonas consideradas propícias para a pesca

NOME DO ARRENDATÁRIO (Proprietário)	Nome da propriedade limítrofe	Situação marginal	Extensão marginal (metros)
Agostinho Meneses Monteiro	Recreio	R. Arari	12 400
Herdeiros de Josefina Miranda	Natal	R. Arari	3 495
Herdeiros de Augusto N. Miranda	São José	R. Arari	1 005
Homero e Adalberto Taveira Lobato	Paraíso	R. Arari	7 580
Horácio de Miranda Lobato e outros	São João	R. Arari	20 200
Herdeiros de Maria Miranda	Tuiuiú	R. Arari	13 900
Catarina Magno de Miranda	Severino	L. Arari	224 400
Campesina S/A	Campesina	L. Arari	3 355
Laurinda C. Rodrigues de Lima	São Miguel	L. Arari	3 920

Nota — As terras de marinha lançadas neste quadro, compreendem as zonas chamadas de pesca, situadas à margem esquerda do rio e lago Arari, partindo das nascentes do lago e rio Arari até o pôrto da fazenda Recreio. Também a área aqui descrita compreende a extensão marginal de frente, com 33 metros de fundos que são consideradas terras de marinha (Agência Municipal de Estatística — Arariúna).

Em face destas prerrogativas e com a escassez do pescado nas zonas próximas da cidade, quer pelo crescente aumento da pesca, como pelo desaparecimento dos balcedos [50] — uma espécie de refúgio e até mesmo viveiro que toma em grande parte o rio — foram os pescadores obrigados a estacionar nas margens dos rios, fazendo uso das vantagens que lhes eram concedidas pelo citado regulamento.

Surgiram daí os primeiros choques entre pescadores e fazendeiros, uma vez que êstes já estavam na posse das terras por arrendamento [51].

No caso das terras de marinha, quando surgiram as primeiras questões entre fazendeiros e pescadores, pouco ou nenhuma foi a ação das colônias.

---

[49] A respeito dos terrenos de marinha, convém lembrar aqui que o regulamento da Colônia de Pescadores assegura o direito ao pescador de instalar ou levantar suas "feitorias" (rústica cabana de palha, geralmente sem paredes, coberta, para evitar a chuva e onde se abrigam os pescadores durante a noite) erguidas em terra, na margem dos rios, lagos e afluentes livres, durante as épocas de pesca, numa extensão de 16 metros de fundo correndo paralelo às margens.

Mas estas terras são arrendadas aos fazendeiros, e êstes pagam uma taxa anual à União, e desta forma assiste-lhes o direito de dominá-las enquanto durar o arrendamento (geralmente perpétuo).

Esta situação vem criar o seguinte problema: terão os pescadores o direito que lhe foi facultado pelo referido regulamento, quanto à localização durante a época da pesca, nas terras de marinha? Estarão certos os fazendeiros se impedirem a estada dos pescadores nas terras de marinha que estão sob seus domínios por arrendamento?

Estas perguntas são formuladas porque tais fatos já têm acontecido, e ao pescador geralmente desaparece o direito.

Para melhor ilustrar esta nossa afirmação, elaboramos um quadro (Quadro n.º 8) cujos dados nos foram fornecidos pela Agência Municipal de Estatística, do município de Arariúna.

[50] Balcedos — vegetação fluvial abundante que com o correr do tempo se vai acumulando, chegando a adquirir resistência, porém sempre flutuante.

[51] Não foram poucos os casos desta natureza, tendo alguns chegado às barras judiciárias. Parece, entretanto, que atualmente essas questões são menos constantes, pois, os pescadores instalam-se anualmente nas margens sem grandes problemas com os fazendeiros.

E tudo indica datar dêste tempo a diretriz tomada pelas mesmas até à situação atual.

Mas, infelizmente, não é apenas êste problema que torna o pescador descrente da organização da colônia de pesca. A obra social das colônias (escola e caixa de beneficência) é quase insignificante, dadas as necessidades reais dos pescadores [52].

Para desfrutar da escassa assistência existente, os pescadores pagam mensalmente à colônia Cr$ 5,00, além da taxa *ad valorem* destinada à caixa da pesca [53].

Enquanto a colônia de pesca tem um saldo líquido de quarenta contos, dos quais 50% devem ser gastos na própria colônia, com a compra de material, remédios, etc. [54] o pescador luta com tôda série de dificuldades, para conseguir o seu sustento e da família, e para vencer as condições precárias do desempenho de sua profissão.

No município de Arariúna, a colônia Z-26 possui em registro 215 embarcações de dois tipos: canoas e montarias.

No município de Ponte de Pedras, a colônia Z-25 possui em registro 150 embarcações, também dos dois tipos acima citados. O número de pescadores matriculados nesta colônia é de 345 (ano de 1952).

Quanto ao sistema de trabalho o pescador só trabalha 3 ou 4 meses (conforme a maior ou menor fartura da pesca); nos outros 8 meses êle não tem ocupação certa. Ou vai trabalhar em alguma fazenda ou então é obrigado a permanecer numa inatividade forçada, e como precisa viver, no verão compra fiado ao comerciante, para pagar na época da pesca.

E assim êle fica eternamente prêso ao comerciante, pois, mal liquida uma dívida (muitas vêzes o produto de seu trabalho não é suficiente para cobrir tôda a dívida) é obrigado a iniciar outra.

Quando o pescador vai pescar, leva consigo três companheiros ("lanceadores"). Quando êle não tem a "montaria", paga o aluguel da mesma, que pertence ou ao comerciante ou à "geleira" [55].

Quando o pescador sai de madrugada para o seu trabalho, êle leva consigo um pequeno "rancho", e na "montaria", além da rêde, vai um cacuri (defesa da piranha) e uma peneira de borracha (para o "chumbeiro"). Não levam paneiro, pois, o fundo da canoa serve para depositar o pescado. O paneiro só é usado para vender o peixe ao comerciante.

Vejamos no quadro seguinte o preço do "rancho" do pescador e a despesa que êle tem com o material de pesca e a porcentagem paga a cada companheiro [56].

---

[52] As duas colônias que estamos estudando possuem apenas 1 escola cada uma. Quanto a outra forma de assistência social ao pescador, nada há de concreto.

[53] Cada vez que o pescador vende o produto de sua pesca, é obrigado a pagar à colônia uma taxa de 4%. E' interessante salientar que tôdas as pessoas que têm por profissão a pesca, ou mesmo aquelas que a praticam por esporte, estão matriculadas nas colônias; daí o elevado número de sócios atuais (330 sócios — 1953).

[54] Dados relativos à colônia Z-25 (Ponte de Pedras), para o ano de 1952.

[55] Nesta região só existem duas casas comerciais, e por conseguinte são apenas dois os comerciantes (um em cada município) que vendem tôda a mercadoria necessária aos pescadores, além de comprarem também o peixe para revender às geleiras.

[56] Dados relativos ao ano de 1953.

Farinha	1 k	3,00
Tabaco	25 g	3,00
Fósforo	1 cx	1,00
Açúcar	1 k	7,00
Café	1 k	30,00
Arroz	1 k	7,00
Feijão	1 k	10,00
Cachaça ...	1 gf	7,00
Querosene ..	1 lt	3,00
Rêde	1 libra de fio ..	32,00
Canoa	(aluguel)	20,00
Pescadores ..	(3)	14% sôbre o lucro da venda

Do inquérito realizado junto a um dos pescadores sôbre quais os grandes problemas da pesca naquela região, tivemos como resposta categórica: o abandono a que estavam sujeitos os pescadores por parte das autoridades [57].

De maneira geral, vivem os pescadores humildemente em casas palafitas, à entrada do lago Arari (figs. 12 e 13) ou em barracas de madeira com cobertura de palha (fig. 14). Estas casas possuem em geral um quarto e uma sala. A cozinha é do lado de fora bem como as instalações sanitárias, que são extremamente precárias.

E' enorme a disseminação da amebiana na população da região, problema dos mais sérios e que só poderá ser resolvido quando fôr cogitada a questão de esgôto e água encanada. A malária ocorre ali, em menor escala.

Em sua totalidade são os pescadores, brasileiros natos, sendo a grande maioria dêstes brasileiros de descendência nordestina [58].

Ao pescador cabe conservar e consertar as rêdes, além de tecê-las, uma vez que nem sempre pode comprar uma nova. Sua alimentação é deficiente, não só pela ausência absoluta de lavoura (a que existe é uma incipiente agricultura de subsistência) como pelo elevado custo de gêneros alimentícios, que são vendidos pelos "comerciantes".

Resta salientar ainda que na povoação de Jenipapo, às margens do lago Arari (no município de Ponta de Pedras) a população ali agrupada é formada "exclusivamente" de pescadores, com ausência absoluta de culturas de subsistência.

Instalada na margem direita do rio Arari, sob terreno inundável (terrenos de aluvião) a povoação de Jenipapo, sede da colônia de pescadores Z-25, é um povoado de cêrca de 1 200 habitantes, cuja única atividade é a pesca. As

---

[57] Outro grande problema é aquêle a respeito do material de pesca. A rêde é muito cara (tanto faz a rêde comum, quanto à rêde grande), o fio para consertá-la é igualmente caro, e muitas vêzes não se encontra à venda. Outro problema que preocupa muito o pescador, principalmente no lago Arari, é a falta de escavação ou drenagem necessária, pois, está se processando, cada vez mais fortemente, o entulhamento do fundo do lago, onde afloram inúmeros bancos de areia misturada de material lodoso.

[58] O habitante da ilha de Marajó, é originàriamente descendente dos índios da família Nu-Aruaque. Segundo J. Ferreira Teixeira ("O Arquipélago de Marajó", *in Anais do X Congresso Brasileiro de Geografia,* vol. III, Rio de Janeiro, 1952) "a família Aruaque se dividiu em diversas tribos, tendo as tríbos dos Araris e Muanás se fixado respectivamente no lago Arari e no município de Ponta de Pedras" (Cf. p. 735). Com o tempo, aos descendentes ou mestiços de índios, veio unir-se a essa primitiva população, a grande leva de imigrantes sertanejos, que afluíram inicialmente à Amazônia "num resultado do deslocamento da fronteira econômica, pela supremacia da borracha' (Cf. Samuel Benchimol, *in* "O cearense na Amazônia — Inquérito antropogeográfico sôbre um tipo de imigrante" *in Anais do X Congresso Brasileiro de Geografia,* vol. III, p. 221, Rio de Janeiro, 1952).

casas que constituem êste povoado são construídas sôbre estacas (proteção contra as cheias do rio), habitações muito humildes, de fôlhas de palmeira, ("casa de palha") encontrando-se em pequeno número habitações de tipo misto, isto é, casas de madeira com cobertura de telhas de barro. Geralmente êste tipo de habitação denota o proprietário mais abastado, o "comerciante" (figs. 12, 13 e 14).

Figs. 12 e 13 — *Dois aspectos do povoado pesqueiro de Jenipapo, no lago Arari. Podemos observar a grande altura das estacas sôbre as quais se constróem as habitações, por imperativo do nível máximo das marés.*

Notar na fig 13 uma casa palafita de dois pavimentos, o que denota melhores recursos de seu habitante.

(Foto C.N.G. — J. P. DE LA ROCQUE)

Embora com características comuns ao longo da região estudada, as habitações são determinadas pelas condições geográficas: sôbre estacas (Jenipapo) ou diretamente sôbre o solo (Arariúna); igualmente, o gênero de vida dos pescadores apresenta aspectos particulares e diversos de um núcleo para outro: a colônia Jenipapo é essencialmente pesqueira; Arariúna vive de uma economia mista (pesca e pecuária).

Vejamos agora, de que meios de transporte e comunicação dispõem êsses habitantes do rio e lago Arari. Já enunciamos, ao estudarmos o comércio de exportação do peixe, a maneira como êste é transportado. Vimos que predomina o comércio da troca de peixe pelo transporte, o que evidencia extrema precariedade, neste particular. Há "geleiras" que chegam a transportar muitas vêzes além da carga habitual, passageiros, que porventura necessitem ir até Belém.

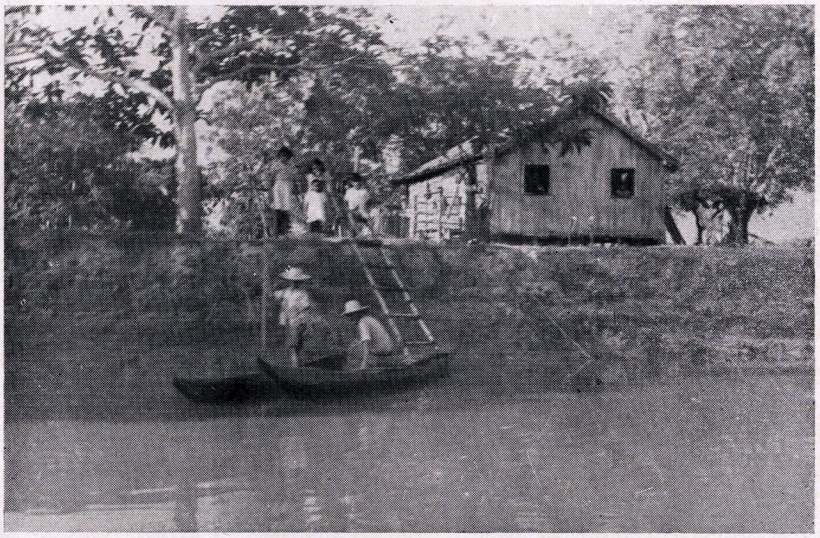


Fig. 14 — *Habitação típica do pescador das margens do rio Arari. Casa de madeira, coberta de palha.*

(Foto C.N.G. — J. P. DE LA ROCQUE)

Quando a viagem é mais curta, o problema é resolvido com a "montaria". Nas zonas de campos, sobretudo onde existem fazendas de criação, as comunicações são feitas a cavalo.

Isto é feito, porque, não há linhas regulares de navegação para o rio ou lago Arari. Só existem duas linhas regulares de navegação para Marajó: uma para Soure e outra para as ilhas, com escala em 8 municípios, sendo o rio Arari servido apenas por embarcações particulares (ou a motor ou a vela).

Esta situação se relaciona mais com o povoado de Jenipapo do que com Arariúna. Esta que se localiza em zona de campo e tendo mesmo atividade mista, é servida não só pelas "geleiras", mas também pelos "iates" (embarcações para transporte do gado).

E' interessante salientar, que também nos transportes, há um enorme número de "atravessadores" (intermediários) sobretudo dos que negociam com

o gado, pois embora haja relação entre as duas economias tradicionais da ilha, a pecuária é mais desenvolvida [59].

Enquanto não houver linhas regulares, oficiais, na região do Arari, ficará sua população à mercê das "geleiras" e dos "iates", quer sob o aspecto da venda de sua produção ou sob o ponto de vista de meio certo de locomoção.

Naturalmente, o que acabamos de expor se refere à pecuária, ao pequeno fazendeiro, uma vez que êste, via de regra, não possui embarcação própria. Há crise de transporte para todos os centros produtores da ilha.

A própria Cooperativa dos Pecuaristas de Marajó tem procurado suprir esta crise, embora insuficientemente; não sabemos se há idêntica preocupação com as colônias de pescadores do Arari.

Fica pois a atividade econômica do pescador dependente de um instável meio de transporte e comunicação, em detrimento do próprio pescador e de sua própria atividade.

CONCLUSÕES

Pelo que acabamos de expor sôbre a atividade pesqueira da região do Arari concluímos que a pesca se reveste, realmente, de sérios problemas, não só quanto à natureza dos materiais e instrumentos usados, quanto ao cumprimento das leis que a regulam. Desta maneira, não mais se observam épocas de exportação, e as "geleiras" trafegam livremente, conduzindo peixes de tôdas as espécies e tamanhos, desde o mês de agôsto até dias do mês de janeiro. Nesta avalancha, a partir do mês de novembro, são capturados e exportados os peixes na maioria ovados com grande prejuízo para o desenvolvimento das espécies.

Por outro lado, a exploração cada vez maior faz com que o rio e lago Arari, outrora grandes viveiros, se transformem simplesmente em depósitos temporários de peixes, com um período de abastecimento regulado por fenômenos físicos. Assim os lagos centrais e de difícil aproximação para o pescador, constituem-se atualmente na única reserva capaz de assegurar a manutenção da já escassa riqueza ictiológica da região, longe que estão do acesso comercial.

Existem na região estudada duas estações distintas: o inverno e o verão. O "verão" que geralmente começa no mês de julho ou agôsto, quando as águas baixam consideràvelmente até o leito menor dos rios e lagos; o "inverno" começa nos meses de janeiro ou fevereiro, com chuvas constantes que provocam o crescimento das águas e o transbôrdo dos rios cujas águas atingem os campos nas partes baixas constituindo enormes áreas alagadas. Nesta época é que os peixes existentes nos lagos centrais e zonas inacessíveis iniciam sua migração, procriação e posterior desova que irá abastecer o rio e o lago Arari, para o próximo "verão" ou seja a safra seguinte.

No que se refere ao comércio e à industrialização quase tudo está por ser feito, sendo extremamente prejudicial à economia pesqueira a ação dos intermediários.

---

[59] É digna de nota a função marginal dessas embarcações de gado: algumas delas trazem de Belém gêlo para vender aos comerciantes de peixe, fazendo desta forma pequena concorrência às "geleiras" — MARIA MADALENA VIEIRA PINTO — "Contribuição ao estudo da pecuária na região do rio Arari" (inédito).

O constante desenvolvimento do mercado consumidor de Belém, trouxe como conseqüência a escassez do pescado nas proximidades da cidade e a pesca se foi estendendo, então, rios acima até atingir os lagos centrais da ilha de Marajó, estabelecendo-se hoje em dia, as feitorias de pescadores até em terrenos de marinha.

O comércio do peixe, tanto congelado quanto beneficiado foi aumentando consideràvelmente nos últimos anos alcançando, hoje, a exportação, índice elevado.

O predomínio nesta região do comércio de troca-peixe pelo transporte evidencia a atual precariedade das comunicações.

Quanto às colônias de pesca, ao que tudo indica, se tornaram, apenas, a aspiração infundada de uma classe que se associou para ter os seus direitos garantidos e sua vida social regularizada por uma entidade oficial, podendo assim desfrutar de benefícios legais. Esta classe trabalha intensamente, utilizando os mais variados, porém, precários métodos de pesca, não obedecendo épocas, numa exploração inexorável da riqueza ictiológica dos rios e lagos marajoaras, lutando para atender a procura sempre crescente do pescado e no afã de arcar com as duras provas de subsistência, concorrendo para o custo de vida cada vez mais elevado.

O padrão de vida do pescador é extremamente baixo; sua alimentação é muito deficiente, constituindo a população de pescadores, em Marajó, uma classe econômica inteiramente subordinada ao comerciante, e à própria colônia através de taxas e mensalidades.

Tal o panorama geral, e pouco animador, da atividade pesqueira nesta região.

BIBLIOGRAFIA

1 — ADOLFO, Álvaro — *Plano de Valorização Econômica da Amazônia*. Comissão de Finanças do Senado. Rio de Janeiro, 1951.

2 — BAENA, A. L. Monteiro — *Compêndio das Eras da Província do Pará* — 1838.

3 — BATES, Henry W. — *O Naturalista no Rio Amazonas* — Col. Brasiliana — 2.º vol. São Paulo, 1944.

4 — BENCHIMOL, Samuel — "O cearense na Amazônia" — Inquérito antropogeográfico sôbre um tipo de imigrante". *Anais do X Congresso Brasileiro de Geografia*. Vol. III, 1952.

5 — COMISSÃO NACIONAL DE POLÍTICA AGRÁRIA — *Inquérito nos Municípios de Ponta de Pedras e Arariúna*, 1952.

6 — CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA — Arquivo Corográfico — Pastas referentes à pesca.

7 — CHERMONT DE MIRANDA, Pedro — "A Ilha de Marajó" — *Observador Econômico e Financeiro* — Ano XVI, n.º 189. Rio de Janeiro, 1951.

8 — DELGADO DE CARVALHO, Carlos — *Geografia do Brasil* — Livr. Ed. Francisco Alves — Rio, 1927.

9 — DERBY, Orville A. — "A ilha de Marajó" — *in Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia*. Tomo I — Fasc 1-4 — 1894-1896 — Pará.

10 — FARIA, Ascânio de — *Piscicultura, em Paralelo com a Agricultura e a Pecuária* — Ministério da Agricultura — 1953.

11 — GAGO NOBRE, Antônio Renato — "Conserva do pescado" — *Digesto Econômico*, ano V, n.º 55, São Paulo, 1949.

12 — GOUROU, Pierre — "Observações Geográficas na Amazônia" — *Revista Brasileira de Geografia* — Anos XI, n.º 3, XII, n.º 2.

13 — HERIARTE, Maurício de — *Descrição do Estado do Maranhão, Pará, Corupá e Rio das Amazonas, no Ano de 1692*. Ed. Pôrto Seguro, Viena, 1874.

14 — I.B.G.E. — Departamento Estadual de Estatística — Estado do Pará.

15 — JOSÉ VERÍSSIMO — *A Pesca na Amazônia* — Rio, 1895.

16 — LE COINTE, Paul — *O Estado do Pará* — São Paulo, 1950.

17 — LA ROCQUE, Jorge Pereira de — "Viagem ao Amapá" — *Revista Brasileira de Geografia*. Ano XII, n.º 2.

18 — MAGALHÃES, Elzemann — *A Defumação do Pescado* — Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura — Rio, 1941.

19 — MENDES, Armando — *As pescarias amazônicas e a piscicultura no Brasil* — São Paulo, 1938.

20 — MORAIS, Raimundo de — *Meu dicionário de coisas da Amazônia* (2 vols.). Rio, 1931.

21 — MINISTÉRIO DA AGRICULTURA — Serviço de Estatística da Produção — Estatística Brasileira de Pescado — Rio de Janeiro, 1950.

22 — Idem — Estatística Brasileira de Pesca — Rio de Janeiro, 1951-1952.

23 — Idem — Produção de Conserva, Salga e Óleo de Peixe — Rio de Janeiro, 1950-1952.

24 — Idem — "A piscicultura na Amazônia — Sua necessária organização industrial" — *in Boletim do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio* — Ano XVIII, n.º 4 vol. I — Rio de Janeiro, 1929.

25 — PENTEADO, Antônio Rocha — "Aspectos do *habitat* rural do baixo Amazonas". Separata do *Anuário da Faculdade de Filosofia "Sedes Sapientiae"* da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo — 1949.

26 — Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia — Plano de Emergência — Rio de Janeiro, 1953.

27 — TEIXEIRA, José Ferreira — "O arquipélago de Marajó" — *Anais do X Congresso Brasileiro de Geografia* — Vol. III — Rio de Janeiro, 1952.

28 — VIEIRA PINTO, Maria Madalena — "Contribuição ao estudo da pecuária na região do Arari" (inédito).

29 — VON IHERING, Dr. R. — "A piscicultura no Brasil" — *in Observador Econômico e Financeiro* — Setembro, 1937.

MAPAS

1 — Fôlha do Pará — Cartograma do Brasil — 1:1 000 000 — Conselho Nacional de Geografia — Divisão de Cartografia.

2 — Mapas Municipais — Arariúna e Ponta de Pedras — Estado do Pará — 1938.

RESUMÉ

L'auteur initie le travail en explicant que, le même est le résultat des observations faites pendant un voyage d'études, accomplie par le Secteur Régional Nord, en Janvier 1953.

Remarque la grande importance de l'île de Marajó, comme centre idéal pour le développement de la pêche, qui est exploitée depuis le début de sa colonisation.

Cependant l'économie de cette pêche dans l'endroit n'est pas encore arrivée à une situation stabilisée, qui est réellement represente.

Après, il étudie, en différents termes, quelques aspects de la pêche, dans la zone du fleuve et lac Arari, considérant, seulement des endroits de production et commerce, soi-disant ce qu'ont a conventionné d'appeler "grande pêche", c'est-à-dire, celle qui contribue pour l'économie régionale.

Ceux sont les suivants les subjects traités dans les items:

a) époque de la pêche systématique dans l'île de Marajó;
b) des procès et matériel de pêche;

c) commerce; salaison et exportation;
d) industrialisation: grude de gurijuba;
e) colonies de pêche et le genre de vie des pêcheurs.

En suite aborde la question de l'époque de la pêche (d'août jusqu'à décembre) le sérieux problème de la non-observance de ce règlement, dès que la pêche est prolongée jusqu'à mars, accasionant des pertes énormes pour les espèces, une fois que celles-ci sont prises pendant l'époque de la ponte despoissons.

À côté de ce problème, y sont les procès de pêche très primitifs sans favoriser une exploitation en grande quantité.

Le commerce s'astreint à l'échange de, transport pour l'achat du produit, devenant ceci le deuxième grand problème de cette économie; les intermédiaires, auxquels sont subordonnés les pêcheurs, occasionant à eux, un niveau de vie très bas, parce qu'ils ne peuvent, en aucune occasion recourrir à la Colonie de Pêche, laquelle demande des taxes et mensualités, sans fournir matériel de pêche ou quelconque espèces d'aide matériel.

Au dessus de ça, les moyens de transport beaucoup insuffisants, dans cette région, constituent également une entrave à la circulation en grande escale de cette richesse, dès que, généralement, le patron du transport (glacières) est le propre commerçant.

Ça arrive à un tel point que, marchés consommateurs prochains, comme Belém, ne peuvent pas être régulièrement suppris.

En ce qui concerne à l'industrialisation du poisson ou trouve encore au commencement, étant la *gurijuba* l'espécimen que plusieurs ressources offre au développement d'une activité industriel progressive, dans la région.

RESUMEN

La autora comienza diciendo que su trabajo es el resultado de observaciones hechas durante un viaje de estudios, realizado por la Sección Regional Norte en enero de 1953.

Señala la grande importancia de la isla de Marajó, como centro ideal para el desenvolvimiento de la pesca, allí explotada, desde los primordios de su colonización. Pero la economía pesquera de esta región no ha logrado todavía una situación estable, que efectivamente representa.

En seguida estudia, en diferentes párrafos, algunos aspectos de la pesca en la región del río y lago Arari, considerando solamente areas de producción y comercio, o sea, lo que se ha convencionado llamarse la grande pesca, es decir, aquella que contribuye para la economía regional.

Son los siguientes los asuntos tratados en estos párrafos:

a) época de la pesca sistemática en la isla de Marajó;
b) procesos y material de pesca;
c) comercio, salazón y exportación;
d) industrialización: engrudo "gurijuba";
e) las colonias de pesca y el género de vida de los pescadores.

Prosiguiendo, trata de la cuestión de la época de la pesca (que es de agosto a diciembre), mostrando la gravedad del problema de la no-observación de esta reglamentación, extendiendo la pesca hasta marzo, lo que trae graves perjuicios para las especies, ya que numerosos peces son apañados en la época de la deshueva.

A este problema júntanse los procesos de la pesca, bastante primitivos, que no favorecen la explotación en gran cantidad.

El comercio se restringe al cambio de transporte por la compra de producto, haciendo de ésto el según gran problema de esta economía; los pescadores, subordinados a los intermediarios, presentan un bajo padrón de vida, ni pueden recurrir a la Colonia de Pesca que les cobraría tasas y mensualidades, sin suministrarles material de pesca, ni cualquier otro auxilio material.

Además, los medios de transportes, bastante precarios en esta región, contituyen igualmente un obstáculo a la circulación en gran escala de esta riqueza, pues generalmente el dueño del transporte ("geleiras") es el propio comerciante. Llega a tal punto la situación, que mercados consumidores próximos como Belém, no son regularmente abastecidos.

En el que concierne a la industrialización del pescado, encuéntrase todavía en fase inicial, siendo la "gurijuba", la especie que maiores recursos ofrece para el desenvolvimiento de una actividad industrial progresiva en la región.

SUMMARY

This paper was written as a result of field observations made by the author during an excursion organized by the Northern Regional Section of the National Geographic Council during January 1953.

The author enchances the importance of the island of Marajó as an ideal center for the development of fishing activities; fishing constitutes a traditional activity in that area, and is there practicised since the first colonization. Fishing and its economy have not attained though, a stable level.

The author studies, then, the different characteristics of the fishing activity in the area of the Arari river and lake, considering only production areas defined as "greater fishing areas", i.e., the ones that really contribute to the regional economy.

These characteristics are:

a) epochs of systematic fishing in the island;
b) processes and instruments used;
c) commerce and exportation;
d) industrialization;
e) the fishing cooperatives.

These items are discussed in detail, describing the various local aspects of the activity.

Finaly, the author summarizes her conclusions, indicating possible solutions to the problems involving the fishing itself, methods and techniques, the transport of the production and the open market at Belém.

ZUSAMMENFASSUNG

Die Verfasserin beginnt mit der Erklärung, dass ihrem Beitrag eine in Januar 1953 durch das nördliche Teilgebiet unternommene Forchungsreise zugrunde liegt.

Sie hebt die grosse Bedeutung der Insel Marajó hervor, und zwar als ideales Entwicklungszentrum des dort seit den Anfängen ihrer Besiedlung betriebenen Fischfangs. Die Fischwirtschaft hat hier jedoch die ihr entsprechende Beständigkeit noch nicht erreicht.

Anschliessend untersucht sie in einzelnen Abschnitten Aspekte des Fischfangbetriebs im Fluss- und Biennenseegebiets Arari, wobei sie lediglich die von ihr als Grossfischfangszone benannten, zum regionalen Wirtschaftsleben beitragenden Produktionszweige in Rücksicht nimmt.

Die einzelnen Gegenstände werden in folgenden Abschnitten behandelt:

a) regelmässige Fischfangsaison in Marajó-Insel;
b) Fischfangverfahren und Fischfangmaterial;
c) Handel und Ausfuhr; Besältzung;
d) Industrialisierung: Gurijuba-Leim;
e) Fischeransiedlung und Fischerlebensart.

Fortfahrend untersucht sie die Frage der Fischfangsaison (die sich von August zu Dezember erstreckt) und das ernste Problem des Ungehorsames gegen solche Reglementschaft, indem die Fischerei bis März betrieben wird und die Fischarten am Gefangenwerden beim Brüten einbüssen.

Nebst dieser Frage besteht ferner der Nachteil der ziemlich primitiven Fischfangverfahren welche zu reichlichem Fischfang nicht beitragen.

Der Handel begrenzt sich dem Tausch der Ertragsförderung mit dem Ertragskauf und macht das zweite Grossproblem dieses Wirtschaf aus. Die Zwischenhäftsgebietesndler, mit deren Bedingungen sich die Fischer abfinden müssen, bezwingen diese zu einem niedrigen Lebenstandard. Ihnen bleibt auch nur der Ausweg übrig, bei der Fichfangkolonie Obhut zu suchen indem sie ihnen Gebühren und Monatszahlungen erfordert, dagegen kein Fischermaterial keine wirtschaftliche Unterstützung zu geben pflegt.

Darüber hinaus wird der in dieser Gegend herrschende Verkehrsmangel zu einem beträchtlichen Hindernis, denn es kommt oft vor, dass der Eigentümer des Fortschaffungsweges selbst Zwidenhändler ist. Die Lage wird daher in solchem Masse erschwert, dass selbst für naheliegende Konsummärkte wie Z.B. Belém do Pará nur unregelmässigesorgt wird.

Was nun die Industrialisierung des Fischfangs betrifft, befindet sie sich im Anfangsstadium. Die Gurijuba ist das Produkt, das die besten Aussichten zu einer fortschrittlichen Entwicklung jener Gegend bietet.

RESUMO

La aŭtorino komencas la artikolon klarigante, ke ĝi estas rezultato de observadoj faritaj dum studvojaĝo realigita de la Nordregiona Sekcio en Januaro 1953.

Ŝi montras la grandan gravecon de la insulo Marajó kiel ideala centro por la disvolviĝo de la fiŝkaptado, tie ekspluatata ekde la komenco de ĝia koloniigo. Tamen la fiŝkapta ekonomio de tiu areo ankoraŭ ne atingis la firmestaran situacion, kiun ĝi efektive havas.

Poste ŝi studas en diversaj paragrafoj kelkajn aspektojn de la fiŝkaptado en la zono de la rivero kaj lago Arari konsiderante nur areojn de produktado kaj komerco, aŭ tion, kion ŝi konsentis nomi areoj de granda fiŝkaptado, tio esta stiu, kiu kunefikas al la regiona ekonomio.

La temoj traktitaj en tiuj paragrafoj estas jenaj:

a) epoko de la sistema fiŝkaptado en la insulo Marajó;
b) procedoj kaj materialo de fiŝkaptado;
c) komerco: peklado kaj eksportado;
d) industriigo: *gurijuba* gluo;
e) la fiskaptaj kolonioj kaj la vivmaniero de la fiŝkaptistoj.

Daŭrigante ŝi traktas pri la afero de la epoko de la fiŝkaptado (kiu estas de Aŭgusto ĝis Septembro) kaj pri la serioza problemo de la malobservado de la koncerna regularo per la plilongigo de la fiŝkaptado ĝis Marto, kio okazigas malutilon al la specoj tial, ke ili estas kaptataj en la epoko de la frajo.

Apud tiu problemo estas la procedoj de fiŝkaptado, kiuj estas tre elementaj kaj tial ne helpas al ekspluatado en granda kvanto.

La komerco limiĝas al la interŝanĝo de transporto por la aĉeto de la produkto, kio fariĝas la dua granda problemo de tiu ekonomio; la peruloj, de kiuj dependas la fiŝkaptistoj, kaŭzas al ĉi tiuj malaltan vivnormon kaj ili eĉ ne povas alvoki al la Kolonio de Fiŝkaptado, kiu postulus de ili depagojn kaj ĉiumonatajn kotizojn, ne liverante materialon de fiŝkaptado al iun ajn specon de materia helpo.

Krom tio, la transportrimedoj, tre necertaj en tiu regiono, estas same malhelpo al la grandskala cirkulado de tiu riĉaĵo tial, ke ordinare la posedanto de la transportilo (*geleiras* — glaciujoj) estas la komercisto mem. La situacio estas tiel malbona, ke proksimaj konsumantaj komercejoj, kiel Belém, ne estas regule provizataj.

Koncerne la industriigo de la kaptita fiŝo oni konstatas, ke ĝi troviĝas ankoraŭ en la komenca fazo kaj ke la gurijubo estas la speco, kiu donas pli grandajn rimedojn al la disvolviĝo de progresa industria aktiveco en la regiono.

AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

Comunicado

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas e da região Norte. O uso deste documento é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais – Lei n. 9.610/98.

Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõe a rede de Bibliotecas Públicas do Estado do Amazonas.

Contato

E-mail : acervodigitalsec@gmail.com

Av. Sete de Setembro, 1546 - Centro
69005.141 Manaus - Amazonas - Brasil
Tel.: 55 (92) 3131-2450
www.cultura.am.gov.br

Secretaria de
Cultura